



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE**  
**CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**  
**MODALIDADE A DISTÂNCIA**

**JOÃO SITÔNIO ROSAS NETO**

**A LEITURA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PRISIONAL:**  
**uma possibilidade efetiva de libertação**

**JOÃO PESSOA**  
**2017**

**JOÃO SITÔNIO ROSAS NETO**

**A LEITURA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PRISIONAL:  
uma possibilidade efetiva de libertação**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na modalidade à Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

**Orientador:** Prof. Me. Wilder Kleber Fernandes de Santana

**JOÃO PESSOA**

**2017**

R789I Rosas Neto, João Sitônio.

A leitura na educação de jovens e adultos prisional: uma possibilidade efetiva de libertação / João Sitônio Rosas Neto. – João Pessoa: UFPB, 2017.

94f. : il.

Orientador: Wilder Klerber Fernandes de Santana

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia – modalidade à distância) – Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Educação de jovens e adultos. 2. Leitura. 3. Educação prisional. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 374.7(043.2)

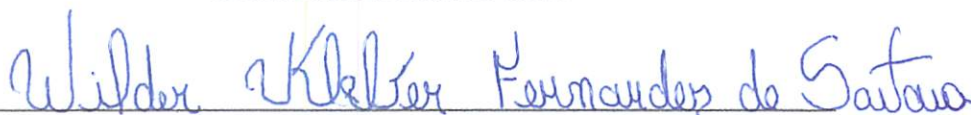
JOÃO SITÔNIO ROSAS NETO

**A LEITURA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
PRISIONAL: uma possibilidade efetiva de libertação**

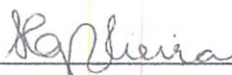
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em  
Pedagogia na modalidade à Distância, do Centro de  
Educação da Universidade Federal da Paraíba, como  
requisito institucional para obtenção do título de  
Licenciado em Pedagogia.

Aprovado em: 31 / 07 /2017

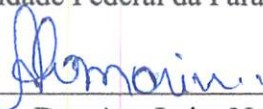
BANCA EXAMINADORA



Prof. Orientador: Me. Wilder Kleber Fernandes de Santana  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB



Prof. Convidado: Dra. Maria das Graças Gonçalves Vieira Guerra  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB



Prof. Convidado: Dra. Ana Luisa Nogueira de Amorim  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

*A todos os professores e professoras do país, especialmente  
aqueles que trabalham com educação em prisões e acreditam  
no poder transformador e libertador da educação.*

## **AGRADECIMENTOS**

A todos e todas que me apoiaram e me incentivaram para a conclusão desta graduação. Esses mais de cinco anos trouxeram experiências inigualáveis, momentos de alegria, mas também de angústias. Agradeço pela preocupação de familiares, amigos/as, colegas de trabalho, pela confiança dada e pelas palavras de incentivo que sempre me fizeram crescer, de maneira pessoal e profissionalmente.

Gostaria de agradecer a Deus, pois sem ele nada é possível, a minha mãe, Maria Aparecida, que esteve presente em todos os momentos da minha vida, me ensinando e dando o seu melhor para minha educação formal e como cidadão; e por fim a minha namorada e futura esposa, Nataly Pinheiro, por estar sempre ao meu lado, me dando forças e me ajudando a superar obstáculos.

*“Se a educação sozinha não transforma a sociedade,  
sem ela, tampouco, a sociedade muda” (Paulo Freire)*

## RESUMO

Este trabalho teve como objeto de pesquisa a análise sobre a leitura na Educação de Jovens e Adultos – EJA no campo das prisões, especificamente na efetivação da remição pela leitura prevista na Recomendação nº 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Metodologicamente a pesquisa foi pautada no método de abordagem indutiva, ou seja, parte de questões particulares até chegar a conclusões generalizadas, utilizando uma abordagem qualitativa que busca compreender os fenômenos educativos de aplicação e efetividade de normativa jurídica no contexto da EJA – Educação de Jovens e Adultos prisional, já que esta abordagem é indispensável para a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados. Utilizamos no trabalho as perspectivas de Paulo Freire, de Emília Ferreiro, entre outros autores que referenciam toda a pesquisa, especialmente na categoria leitura e escrita. Os procedimentos utilizados buscaram, mediante os fundamentos teóricos, apreender a realidade em análise. Assim, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica e documental. Trabalhou-se com a hipótese de que a leitura no contexto da EJA prisional contribui tanto para remição de pena, quanto para o aprimoramento e ressocialização do privado de liberdade. A pesquisa revelou que há efetivação da remição pela leitura, preconizada na Recomendação do CNJ e que houve aquisição da escrita e leitura por parte dos privados de liberdade participantes da oficina de leitura dentro da EJA, portanto a leitura e a escrita foram meios facilitadores para ressocialização, na medida em que todos os participantes não cometeram nenhuma falta de natureza grave entre as previstas na Lei 7.210/1984 - Lei de Execução Penal.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Leitura. Remição. Educação Prisional



## **ABSTRACT**

This work had the object of research the analysis on reading in the Education of Young and Adults - EJA in the field of prisons, specifically in the effectuation of the remission by the reading provided for in Recommendation 44/2013 of the National Council of Justice - CNJ. Methodologically the research was based on the method of inductive approach, that is, part of particular questions until arriving at generalized conclusions, using a qualitative approach that seeks to understand the educational phenomena of application and effectiveness of legal regulation in the context of EJA - Youth Education and Adult prison, since this approach is indispensable for the interpretation of phenomena and the attribution of meanings. We use in the work the perspectives of Paulo Freire, Emília Ferreiro, among other authors that refer to all research, especially in the reading and writing category. The procedures used sought, through the theoretical foundations, to grasp the reality under analysis. Thus, a bibliographical and documentary research was developed. We worked with the hypothesis that reading in the context of the prison EJA contributes both to remission of sentence and to the improvement and resocialization of the prisoner. The research revealed that the reading remission was effective, as recommended in the CNJ Recommendation, and that there was acquisition of writing and reading by the deprivation of liberty participating in the reading workshop within the EJA, so reading and writing were facilitating means for resocialization, inasmuch as all participants did not commit any serious misconduct among those provided for in Law 7,210 / 1984 - Penal Execution Law.

**Keywords:** Youth and Adult Education. Reading. Remission. Prison Education

## **LISTA DE SIGLAS**

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

EJA – Educação de Jovens e Adultos

CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

LEP – Lei de Execuções Penais

MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização.

PNE – Plano Nacional de Educação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

PSMCGB – Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão

PNE – Plano Nacional de Educação

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Países com a maior população prisional do mundo (2016).....	56
<b>Gráfico 2</b> – Distribuição por faixa etária no sistema prisional e na população brasileira.....	57
<b>Gráfico 3</b> – Distribuição por faixa etária no sistema prisional e na população brasileira.....	58
<b>Gráfico 4</b> – Distribuição por faixa etária no sistema prisional e na população brasileira.....	59
<b>Gráfico 5</b> – Grau de instrução da população prisional na Paraíba.....	60

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Resenha sobre o Livro “Dez Leis para ser Feliz” (Augusto Cury).....	66
<b>Figura 2</b> – Resenha sobre o Livro “Dez Leis para ser Feliz” (Augusto Cury).....	69
<b>Figura 3</b> – Resenha sobre o Livro “Dez Leis para ser Feliz” (Augusto Cury).....	71
<b>Figura 4</b> – Resenha sobre o Livro “Dez Leis para ser Feliz” (Augusto Cury) .....	73
<b>Figura 5</b> – Resenha sobre o Livro “Dez Leis para ser Feliz” (Augusto Cury) .....	75
<b>Figura 6</b> – Resenha sobre o Livro “Dez Leis para ser Feliz” (Augusto Cury) .....	77
<b>Figura 7</b> – Resenha sobre o Livro “Dom Casmurro” (Machado de Assis) .....	79
<b>Figura 8</b> – Resenha sobre o Livro “Dez Leis para ser Feliz” (Augusto Cury) .....	81
<b>Figura 9</b> – Resenha sobre o Livro “Dez Leis para ser Feliz” (Augusto Cury) .....	83
<b>Figura 10</b> – Resenha sobre o Livro “Dez Leis para ser Feliz” (Augusto Cury) .....	85

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 METODOLOGIA .....</b>	<b>18</b>
2.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	18
2.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	20
<b>3 LEITURA E ESCRITA: um apanhado sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil .....</b>	<b>22</b>
3.1 ORIGEM DA LEITURA E DA ESCRITA .....	22
3.2 O QUE É EDUCAÇÃO? .....	25
3.3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL .....	26
3.4 LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....	30
3.5 PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	35
<b>4 ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PRISIONAL .....</b>	<b>39</b>
4.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO COMO DIREITO DA PESSOA PRESA.....	40
4.2 DOCUMENTOS OFICIAIS QUE TRATAM DA REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA NO ÂMBITO DAS UNIDADES PRISIONAIS: do Brasil à Paraíba .....	48
<b>5 AQUISIÇÃO DA LEITURA E ESCRITA: uma análise das resenhas escritas por apenados da Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão ...</b>	<b>54</b>
5.1 O PERFIL DA POPULAÇÃO PRISIONAL: do Brasil a Paraíba .....	55
5.2 A PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA CRIMINALISTA GERALDO BELTRÃO: a Leitura na Educação de Jovens e Adultos como possibilidade de remição e ressocialização .....	60
5.2.1 Processo de aquisição da leitura e escrita: uma análise das resenhas escritas por detentos do sistema penitenciário .....	61
5.2.2 Análise das resenhas escritas por detentos do sistema penitenciário paraibano: aquisição da leitura e da escrita? .....	65
5.2.3 A leitura como meio facilitador para a ressocialização? .....	86
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>90</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao se falar no sistema educacional brasileiro, não se pode deixar de mencionar a Educação de Jovens e Adultos – EJA, modalidade que tem a finalidade oficial de amenizar o analfabetismo no país. Assim, a EJA é uma modalidade da educação básica que surgiu como forma de permitir a reinserção, no sistema educacional, de sujeitos que tiveram uma interrupção forçada por repetência, evasão, falta de oportunidade ou outras condições adversas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96, em seu artigo 37 revela a preocupação com aquelas pessoas que não tiveram a possibilidade de estudar na idade apropriada, garantindo-lhes a oportunidade de continuidade aos estudos.

Porém, a implantação da EJA no Brasil se efetivou a partir de uma metodologia mecanicista, com o objetivo de fornecer rudimentos estruturais de leitura e escrita. Entretanto, nos últimos anos, com a revolução tecnológica, torna-se indispensável um novo horizonte educacional, visto que a sociedade, inserida sob a ótica da informática, requer um indivíduo mais envolvido neste “novo mundo globalizado”.

Dentro dessa conjuntura, observa-se que, atualmente, a leitura enquanto prática pedagógica, não pode estar voltada somente para a instrumentalização rudimentar e limitada de codificação gráfica. Aos educandos da EJA não deve ser ensinado apenas a decodificação dos signos gráficos; é preciso ir além, pois a leitura exige algo mais que isso.

Entendemos que ler é interpretar, relacionar textos e produzir sentidos. É um ato de coprodução textual, desenvolvido através do processo de interação sujeito/linguagem. Assim, leitura e escrita devem ser estabelecidas como prática do mundo real, uma vez que ambas precisam ser vividas conjuntamente, pois de acordo com Soares (1998), a alfabetização corresponde ao processo pelo qual se adquire uma tecnologia, a escrita alfabética e as habilidades de utilizá-las para ler e escrever.

Os jovens e adultos sentem necessidade de voltar ou começar a frequentar a escola, querem aprender a ler e a escrever, desejam se alfabetizar. Segundo Solé (1998), para que um indivíduo possa ler é necessário que ele domine as habilidades de decodificação da escrita e compreenda o que está lendo.

Diante do exposto, tornou-se relevante a análise do contexto da EJA. É necessário salientar que esta proposta de estudo se deu pela vivência enquanto profissional do sistema penitenciário, exercendo o cargo de Agente Penitenciário desde 2009, em contato constante com esta modalidade de ensino, ao passo que dentro da unidade prisional são ofertadas turmas para a Educação de Jovens e Adultos.

O intuito da pesquisa é investigar a efetivação do projeto de remição<sup>1</sup> pela leitura dentro do contexto da Educação de Jovens e Adultos da Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão, prevista tanto na Lei 7.210/1984, Lei de Execução Penal, em seu artigo 126, "O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena", quanto na recomendação nº 44 de 26 de Novembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que recomenda aos Tribunais de Justiça estaduais, estimularem como forma de atividade complementar, a remição de pena pela leitura.

Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa, tendo por referência a Escola da Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão (PSMCGB), localizada no bairro de Mangabeira em João Pessoa/PB.

O presente trabalho teve como principal justificativa entender como se dar a aplicação da recomendação do CNJ e se de fato há a sua efetividade, visto que a EJA e a leitura podem representar uma promessa de efetivar um caminho de desenvolvimento de todas as pessoas, de todas as idades, possibilitando ainda, diminuição da superlotação carcerária através do instituto da remição de pena. Ao impactar de forma direta na melhoria dos índices educacionais, auxilia na diminuição do analfabetismo e da ociosidade, além de ajudar no processo de ressocialização, sendo este um dos grandes objetivos do cumprimento de pena no nosso país.

---

<sup>1</sup> A remição da pena é um instituto pelo qual se dá como cumprida parte da pena por meio do trabalho ou do estudo do condenado. Assim, pelo desempenho da atividade laborativa ou do estudo, o condenado resgata parte da reprimenda que lhe foi imposta, diminuindo seu tempo de duração. " A contagem de tempo referida será feita à razão de: I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias; II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho". Em suma, a remição constitui direito do preso de reduzir o tempo de duração da pena privativa de liberdade, por meio do trabalho prisional ou do estudo.

Como profissional do sistema carcerário, há a necessidade de conhecer mais profundamente o contexto da EJA prisional, da leitura e aplicação de normativas jurídicas que abarcam a educação nas prisões.

O presente trabalho propõe responder a seguinte pergunta de pesquisa: Qual a efetivação da Recomendação nº 44 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ? Temos como hipóteses, inicialmente, que o sistema penitenciário estará inserido dentro do contexto da Educação de Jovens e Adultos e que os altos índices de analfabetismo no nosso país demonstrarão dados ainda mais alarmantes dentro das condições tóxico-prisionais. Ainda temos como hipótese que a leitura no contexto da Educação de Jovens e Adultos terá contribuído tanto para a remição de pena, quanto para o aprimoramento do reeducando, que tem dentro da prisão, uma possibilidade de ressocialização.

Traçamos como Objetivo Geral de nossa pesquisa:

- A análise da efetivação da Recomendação nº 44 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, dentro do contexto da Educação de Jovens e Adultos – EJA da Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão/João Pessoa.

Delimitamos como Objetivos Específicos:

- a) Compreender o processo de aquisição da leitura no contexto da Educação de Jovens e Adultos Prisional como meio facilitador da ressocialização;
- b) Verificar os aspectos legais no ensino da leitura e escrita na EJA;
- c) Identificar as possíveis dificuldades encontradas para efetividade da recomendação supracitada.

No segundo capítulo abordamos sobre a metodologia aplicada à pesquisa para que possamos alcançar os objetivos elencados, dessa forma, utilizamos como metodologia a realização da pesquisa bibliográfica e a documental, pois, além de estudarmos as obras já existentes sobre o tema, realizamos uma consulta a documentos da unidade prisional objeto de estudo.

Além disso, a abordagem utilizada é qualitativa, uma vez que buscou compreender os fenômenos educativos de aplicação e efetividade de normativa jurídica no contexto da EJA prisional, já que esta abordagem é indispensável para a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados. A pesquisa realizada é também exploratória, pois envolveu levantamento bibliográfico que possibilitou a compreensão.



No segundo capítulo realizamos uma breve análise acerca da origem da leitura e da escrita, além de conceituar a educação, bem como fazer um breve apanhado da história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e um apanhado sobre as categorias Leitura e Escrita na EJA, abarcando as perspectivas desta modalidade no nosso país.

No terceiro capítulo veremos os principais aspectos legais que envolvem a Educação de Jovens e Adultos prisional, com destaque para normativas internacionais as quais o país é signatário, bem como a diversos outros mecanismos legais que tratam do direito a educação como política pública para população privada de liberdade.

Nesse sentido, inicialmente, faremos um breve apanhado acerca da Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Adultos; da V Conferência Internacional da UNESCO em Educação de Adultos, além de trazermos os principais apanhados jurídicos que dizem respeito à EJA prisional previstos na Lei de Execução Penal, lei 7.210, de 1984. Abordaremos também sobre o Plano Nacional de Educação - PNE instituído através da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, especialmente sobre suas diretrizes e metas no que tange a política de educação para as pessoas privadas de liberdade.

A seguir trataremos da Resolução nº 03/2009 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça; da Resolução CNE/CEB nº 02, de 19 de maio de 2010 que dispõe sobre as diretrizes nacionais para oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade, além do Decreto nº 7.626/2011, que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do sistema penitenciário.

Veremos também os principais pontos da lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2015 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e finalizamos com uma análise das principais normativas jurídicas que tratam da remição de pena pela leitura como o Provimento nº 13 da Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça da Paraíba e a Recomendação nº 44 de 26 de Novembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça.

No quarto e último capítulo iniciaremos com uma breve exposição sobre os dados relativos ao perfil da população privada de liberdade do Brasil, bem como da Paraíba com destaque para Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão. Em seguida analisaremos as resenhas críticas escritas pelos

presos que participaram do projeto de remição pela leitura no âmbito da EJA, finalizando com a análise da leitura como meio facilitador à ressocialização de presos, tendo como parâmetro os participantes do projeto de leitura da EJA durante o mês de maio do corrente ano.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

No que concerne à abordagem, a escolhida foi a qualitativa, que se caracteriza pela qualificação dos dados coletados, durante a análise do problema. Assim,

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

Através da abordagem qualitativa, buscamos compreender os fenômenos educativos de aplicação e efetividade de normativa jurídica no contexto da EJA prisional, já que esta abordagem é indispensável para a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados.

A pesquisa também é exploratória, já que tenta envolver levantamento bibliográfico que possibilite a compreensão. A pesquisa qualitativa tem enfoque nos aspectos com relação à interpretação do objeto de estudo, neste sentido podemos também classificá-la como sendo:

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação. A pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador (MINAYO, 2001, p. 14).

A pesquisa fundamenta-se no método de abordagem indutiva, ou seja, parte de questões particulares até chegar a conclusões generalizadas. Será feito um estudo teórico aprofundado da aplicabilidade da Recomendação nº 44/2013 do CNJ,

seguido de uma investigação bibliográfica, com objetivo de confrontar a teoria e a prática.

- *Tipo de pesquisa:*

Usa-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e a documental, pois, além de estudarmos as obras já existentes sobre o tema, realizamos uma consulta a documentos da unidade prisional, com o intuito de atingirmos os objetivos propostos neste trabalho.

Quanto ao tipo de pesquisa, do ponto de vista de sua natureza: é uma pesquisa aplicada, que objetiva gerar conhecimentos para aplicações práticas dirigidas à solução de problemas específicos.

Do ponto de vista dos objetivos a pesquisa exploratória: objetiva proporcionar maior familiaridade com um problema; envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos; assume em geral a forma de pesquisas bibliográficas e estudos de caso.

Tendo em vista que o ato de ler constituir-se de uma fonte prazerosa como uma atividade simples em busca de significados e sentidos com outras atividades comunicativas.

Sendo assim, no que concerne o processo de pesquisa o autor Gil (2007), refere-se à pesquisa podendo ser definida como:

Um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados (GIL, 2007, p. 17)

Dessa forma, a pesquisa é bibliográfica e foi escolhida à luz dos conceitos dos principais autores que versam sobre o tema. Assim, foi possível identificar quais os principais conceitos sobre uma leitura interativa. Assim segundo as autoras Marconi e Lakatos (1992), caracteriza-se como pesquisa bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador

entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica (p. 75)

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos a pesquisa bibliográfica é aquela elaborada a partir de material já publicado, como livros, artigos, periódicos, relatórios, Internet, etc. e pesquisa ação, que é uma pesquisa concebida em associação com uma ação; os pesquisadores e participantes da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

No que concerne à pesquisa, os dados que embasam nosso trabalho podem ser considerados habitual e bibliográfico, em que foram os dados obtidos através da análise de textos bibliográficos e da técnica de pesquisa qualitativa.

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador e cientista, são ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas, sendo assim, um dos motivos que este trabalho surgiu, pois, as observações no período de estágios foram primordiais para nascer esse conteúdo, contudo, o desenvolvimento da pesquisa qualitativa foi imprevisível para esta temática.

Assim, faz-se necessário expor que o conhecimento do pesquisador foi parcial e limitado, com o objetivo de expor a amostra dos dados coletados produzindo informações mais completas possíveis.

## 2.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada utilizando dados contidos em documentos da Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão, localizada no bairro de Mangabeira em João Pessoa/PB. Foram analisados mediante descrição das resenhas escritas a luz das teorias do processo de aquisição da leitura e da escrita, os textos de todos os 10 (dez) alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA participantes do projeto de remição pela leitura durante o mês de maio de 2017.

- *Instrumentos da pesquisa:*

A coleta de dados foi realizada através de instrumentos, tais como: observação, pesquisa documental e bibliográfica.

- *análise, interpretação e análise dos dados:*

A pesquisa interpretou/analisa as ações voltadas às atividades educacionais complementares no campo da EJA prisional com foco no processo de leitura e em observância a aplicação e efetivação da Recomendação nº 44 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ no âmbito da Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão.

### **3 LEITURA E ESCRITA: um apanhado sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil**

Neste capítulo, pretendemos realizar uma análise acerca da origem da leitura e da escrita, conceituando a educação, bem como fazendo um breve apanhado da história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.

Faremos também uma breve exposição sobre as categorias Leitura e Escrita na Educação de Jovens e Adultos, abarcando as perspectivas da Educação de Jovens e Adultos em nosso país.

#### **3.1 ORIGEM DA LEITURA E DA ESCRITA**

Antes de falar especificamente sobre a Educação de Jovens e Adultos, é necessário realizar um percurso histórico, partindo do ponto onde tudo começou, ou seja, o surgimento da escrita.

Segundo Rodrigues (2006), há milhões de anos, os homens que habitavam a Terra viviam de forma muito diferente da nossa maneira de viver. Sempre em pequenos bandos, caçavam e pescavam para sobreviver, moravam em cavernas e usavam pedaços de madeira e pedra para se protegerem dos ataques de animais grandes. Os bandos não eram organizados e a comunicação entre eles era bastante primitiva: uivavam e gesticulavam, tendo as mãos como principal instrumento de sobrevivência.

Mesmo assim, desde os primeiros tempos, o homem procura registrar suas impressões sobre o mundo, no interior das cavernas, utilizando para isso, pedra, materiais inorgânicos e orgânicos a base de tintas vegetais e minerais.

Esses desenhos são os primeiros passos para o surgimento da escrita. Conforme a necessidade de sobrevivência do homem foi evoluindo, a forma da escrita também foi evoluindo, atendendo assim, as suas necessidades.

De acordo com Mota e Braick (2005), o homem pré-histórico já lia os sinais da natureza e os interpretava, assim como tentava reproduzir mensagens nas pedras e rochas. Isso deu origem aos primeiros pictogramas com intenção expressa de comunicar, embora esses desenhos primitivos não assegurassem uma mensagem precisa para seus semelhantes. Para complementarmos o pensamento acima, recorreremos aos autores supracitados:

As modificações do ambiente terrestre se refletiram nos hábitos dos homens, contribuindo para a sedentarização de alguns grupos, isto é, sua fixação em algumas regiões. [...] O estudo das sociedades dessa época pode ser feito com base em instrumentos e armas e também nas magníficas pinturas rupestres (gravado ou traçado na rocha) que elas criaram (MOTA; BRAICK, 2005, p. 24).

Houve, então, a representação das palavras por meio de desenhos, numa determinada ordem, isto é, havia um significado para cada desenho. Essa tentativa de representar o mundo foi utilizada por diferentes povos, em diferentes épocas, e dentre eles, podemos citar, os sumérios, os chineses e os egípcios (MOTA; BRAICK, 2005).

É preciso ainda destacar que, na Antiguidade, o homem também experimentou outros suportes encontrados na natureza como forma de registrar a visualidade ou sua escrita, como por exemplo, a argila, ossos, conchas, marfim, folhas de palmeiras, bambu, metal, cascas de árvores, madeira, couro, papiro, pergaminho, seda e finalmente, o papel.

Aos poucos, os sinais desenhados foram perdendo analogia com o objeto que representavam e evoluíram para outras formas. Foi assim que os sumérios chegaram à escrita cuneiforme, totalmente convencional, em que o significante não se assemelha à coisa representada. Mas os homens encontraram uma dificuldade: um pictograma não era suficiente para representar toda a riqueza e possibilidade de conceitos. Iniciou-se um processo de junção de duas unidades de escrita para representar uma terceira. O mesmo ocorreu com a representação de gestos e outros tipos de analogias, todas com a finalidade de especificar a mensagem.

Ainda assim, havia a dificuldade de representar palavras abstratas. Essas dificuldades só foram superadas quando surgiu a possibilidade de representar a escrita da fala. O mesmo pictograma passava a representar o som da palavra a que se referia, por meio de analogia. Assim o leitor não dispunha mais de uma escrita diretamente ligada ao significado, mas havia um som, que este sim, poderia ter determinado significado.

A escrita pictográfica agora representava os sons da fala, e isto abria caminho para a representação de nomes próprios e coisas abstratas. Por volta de 800 a. C., os gregos introduziram o uso das vogais e conseguiram representar separadamente os elementos componentes de uma sílaba. Surgiu a construção da escrita alfabética,



que se mantém até hoje, exceto pela evolução para caracteres latinos (RODRIGUES, 2006).

O homem percorreu um caminho: do desenho inicial das cavernas passou pela sofisticação da combinação de gestos e sinais nos pictogramas, até desenvolver os símbolos abstratos, totalmente convencionais, que passam como herança cultural de geração a geração.

Essa análise é necessária, pois nos leva a compreender que, desde o surgimento da escrita, o homem a utiliza das mais diversas maneiras, e através diferentes povos.

Partindo dos pressupostos de Piletti (2005), podemos apreender que na Antiguidade por volta do século VIII a.C. o conhecimento era transmitido basicamente através do oral – embora na Grécia e em Roma, por exemplo, boa parte da população dominasse técnicas de leitura. A ênfase no oral, nos tempos antigos, é revelada pelo espetacular desenvolvimento da arte da oratória e pela importância do ensino através do diálogo entre mestre e aprendiz.

O diálogo, estratégia básica de transmissão e avanço do saber, era registrado posteriormente no escrito, mas as técnicas de notação manual dificultavam sua elaboração e propagação.

De acordo ainda com Piletti (2005, p. 34), “na Antiguidade, o leitor era antes de mais nada, um ouvinte. As dificuldades de publicação e divulgação das obras escritas instituíram uma prática habitual de leitura: as recitações públicas”. Nessas leituras públicas, realizadas pelo autor ou por um profissional de leitura, o público tinha contato com as obras produzidas. A leitura em voz alta era pela qual leitores e não leitores se encontravam para reconstituir o sentido do texto.

Apesar das dificuldades, o aumento da reprodução das obras através da cópia resultou no crescimento do número de bibliotecas particulares e públicas, cujo exemplo marcante é a biblioteca de Alexandria, fundada no início do século III a. C., acumulando um acervo de quase 500.000 obras. Apesar disso, a representatividade das obras escritas na Antiguidade, tratava-se ainda de civilizações presas a uma cultura oral e auditiva, nas quais a cultura escrita desempenha um papel secundário.

### 3.2 O QUE É EDUCAÇÃO?

Sintetizando o pensamento de alguns críticos como Durkheim (2013), podemos dizer que a educação é um processo de atuação da sociedade sobre o desenvolvimento do indivíduo visando engajá-lo no contexto social presente e direcioná-lo para uma aceitação e busca dos objetivos coletivos. De acordo Nérici, (1976) a educação é um processo que visa, antes de tudo, explicitar as possibilidades do indivíduo em estreitar relação com o meio, capacitá-lo a atuar no mesmo, com conhecimento, eficiência, criatividade e responsabilidade. A educação consiste em criar jovens, seres humanos com vistas à liberdade, à justiça e a paz. Forma o indivíduo para si e para o outro, despertando a multiplicidade de interesses.

A função da educação inclui um relacionamento dos fatos educativos com os aspectos econômicos, políticos e sociais do contexto histórico em que ocorrem os fatos em questão. A cada dia a educação vem ganhando mais importância. A sociedade cada vez mais exige dos indivíduos alto grau de capacidade para a qualificação profissional como requisito para exercício dos direitos e deveres da cidadania. Para tal, se faz necessário o conhecimento por meio da educação escolar para que possam exercer o potencial de cidadãos competentes.

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e manifestações culturais. Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino em instituições próprias, portanto, ela deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (BRASIL, Lei nº 9.394/1996 - LDB, Art. 1º § 1º e 2º).

Desse modo, a educação é uma instituição social de determinado momento histórico de um país. É também um produto, em constante processo de transformação, da ação educativa conforme propósitos sociais e políticos pretendidos, já que não é possível homogeneizar a educação adequando-a a todos os homens.

De acordo com Durkheim (2013), a educação também é um fenômeno social e universal, sendo uma atividade humana necessária à existência e funcionamento de todas as sociedades, que interagem e completa-se com a escola. Através da prática educativa, o meio social exerce influências sobre os indivíduos e estes ao

assimilarem e recriarem essas influências tornam-se capazes de estabelecer uma relação ativa e transformadora em relação ao meio social.

Em amplo sentido, a educação compreende os processos formativos que ocorrem no meio social nos quais os indivíduos estão envolvidos pelo simples fato de existirem socialmente. De acordo com Libâneo (1994) a educação corresponde, pois, a toda modalidade de influência e inter-relações que convergem para a formação de traços de personalidade social.

### 3.3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

A denominação “Educação de Jovens e Adultos” é recente no país. De acordo com Schmidt (1999), desde o Brasil Colônia, quando se falava de educação para a população não-infantil, fazia-se referência apenas à população adulta que também necessitava ser doutrinada e iniciada nas “coisas da fé”. Como se pode perceber, havia um caráter mais religioso do que educacional.

Há que se ressaltar a fragilidade da educação ou do sistema educacional (se assim pode ser chamado) no período supramencionado, considerando que a educação não era responsável pelo aumento da produtividade, pois esta se dava a partir de mais braços e, portanto, mais escravos, dessa forma havia um descaso dos dirigentes para com a educação, tendo em vista que a educação, à época, não era voltada para os fins de exploração econômica que a coroa portuguesa tanto vislumbrava para o Brasil – Colônia.

Uma série de reformas educacionais foram implementadas pelo governo imperial brasileiro, através de seu governante Dom Pedro II, essas reformas preconizavam que deveria haver classes de *ensino elementar noturno* para adultos analfabetos. Entretanto, referências mais concretas sobre o ensino noturno para a população adulta datam do relatório apresentado por Rui Barbosa e pelo ministro José Bento da Cunha Figueiredo no ano de 1876, no qual informava o número aproximadamente de 175.714 a 200.000 mil alunos que frequentavam as escolas elementares naquele ano, evidenciando a difusão, à época, do ensino noturno para adultos.

Por sua vez, o desenvolvimento industrial brasileiro contribuiu para a valorização da educação de adultos sob pontos de vista diferentes. Há os que acreditavam que um dos critérios para competência trabalhista seria domínio da

língua falada e escrita para técnicas de produção; outros entendiam a educação de adultos como instrumento de ascensão social; um terceiro grupo como meio de progresso do país; e, finalmente, aqueles que viam como ampliação da base de votos.

Maranhão e Antunes (1999) afirmam que em 1940, frente aos altos índices de analfabetismo existentes no país, a educação de jovens e adultos passa a ter relevância e há certa independência desta com a criação de um Fundo destinado à alfabetização e educação da população adulta analfabeta. Ao final da ditadura Vargas, em 1945, há um movimento de fortalecimento dos princípios democráticos e, com a criação da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Assim, solicita-se aos países integrantes esforços no sentido de se educar a população adulta analfabeta.

Concomitante à Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos - CEEA<sup>2</sup> abre-se a discussão sobre o analfabetismo e a educação da classe adulta no Brasil. Nesse sentido, Cunha (1999) afirma que o analfabetismo é visto como causa e não como efeito do escasso desenvolvimento brasileiro, privando o Brasil de participar do conjunto das “nações de cultura”. A Campanha conseguiu bons resultados e a visão preconceituosa em relação ao analfabeto foi sendo superada, passando-se a reconhecer o sujeito adulto que não teve oportunidades de estudar como um ser capaz de raciocinar e resolver problemas.

As dificuldades com a educação em massa se fazem acompanhar de propostas técnico-pedagógicas para a educação de adultos que não se limitem à escolarização. As críticas estabelecidas aos métodos de alfabetização da população adulta, pela sua inadequação à clientela, bem como pela superficialidade do aprendizado no curto período de alfabetização, remeteram a uma nova visão sobre o problema do analfabetismo e para a consolidação de uma nova pedagogia de alfabetização de adultos que tem como principal referência o educador Paulo Freire. De acordo com este pensador,

---

<sup>2</sup> A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) foi a primeira iniciativa governamental para a educação de jovens e adultos no Brasil. Promovida pelo Ministério da Educação e Saúde, a partir de 1947, tinha por objetivo levar a “educação de base” a todos os brasileiros iletrados, nas áreas urbanas e rurais. Foi organizada uma ampla estrutura administrativa apta a mobilizar nos estados da federação recursos administrativos, financeiros, pedagógicos e doutrinários. A União teve um forte papel indutor, cabendo às unidades federadas a contratação de docentes, instalação das classes, matrícula dos alunos e supervisão das atividades desenvolvidas.

Era preciso, portanto, que o processo educativo interferisse na estrutura social que produzia o analfabetismo. A alfabetização e a educação de base de adultos deveriam partir sempre de um exame crítico da realidade existencial dos educandos, da identificação das origens de seus problemas e das possibilidades de superá-los (FREIRE, 2005, p. 25).

Esse novo paradigma pedagógico se pautou num novo entendimento da relação entre a problemática educacional e a problemática social. Antes apontado como causa da pobreza e da marginalização, o analfabetismo passou a ser interpretado como efeito da situação da pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária. Na percepção de Freire, o conceito de alfabetização e educação estão muito próximos, para não dizer que se confundem.

Alfabetização é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. Com efeito, ela é o domínio dessas técnicas em termos conscientes. É entender o que se lê e escrever o que se entende. [...] Implica uma autoformação da qual pode resultar uma postura atuante do homem sobre seu contexto. Por isso a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador. Isso faz com que o papel do educador seja fundamentalmente dialogar com o analfabeto sobre situações concretas, oferecendo-lhes simplesmente os meios com os quais possa se alfabetizar (FREIRE, 2005, p. 28).

O golpe militar de 1964 causou ruptura nesse trabalho de alfabetização que vinha sendo realizado, justamente pela sua ação conscientizadora. Todas as experiências que emergiam com base na filosofia da conscientização, intervenção e mudança foram percebidas como ameaça à ordem e seus autores promotores foram severamente punidos. O governo só permitiu a realização de programas de alfabetização de adultos assistencialistas e conservadores, até que em 1967, ano governado pelo General militar Castello Branco assume o controle dessa atividade lançando o MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização.

A expansão do MOBRAL ocorreu durante a década de 70, essa expansão foi pautada tanto o ponto de vistas de continuidade de estudos através da educação integrada, que consiste na conclusão do curso primário, quanto para os recém-alfabetizados e para os alfabetizados funcionais que usavam precariamente a leitura e a escrita. O MOBRAL acabou sendo extinto em 1985 e, em seu lugar, surgiu a

Fundação Educar que abriu mão de executar diretamente os programas, passando a apoiar financeira e tecnicamente as iniciativas do governo, entidades civis e empresas a ela conveniadas.

No plano legislativo, destaca-se a anterior Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 5.692/71, elaborada pelos governos militares. Apesar de ser produzida por um governo conservador, essa lei estabeleceu pela primeira vez, um capítulo específico para a Educação de Jovens e Adultos, o capítulo IV, sobre o Ensino Supletivo. Com a Constituição Federal de 1988, o dever do Estado para com a Educação de Jovens e Adultos se amplia, ao determinar a garantia do ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive sua oferta para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.

Ao se falar em desafios educacionais, principalmente na área da Educação de Jovens e Adultos, há que se destacarem os aspectos qualitativos e quantitativos, pois se trata de universalizar o ensino fundamental, sem perda dos padrões de qualidade. Nesse cenário, na década de 1990, Valle assinalava seu protesto contra o meio estrutural de ensino:

A universidade do ensino elementar, a garantia de domínio dos códigos básicos da leitura e escrita e a superação do fracasso escolar terão que ser por nós enfrentados de forma tal que o próprio conteúdo do ensino receba tratamento adequado ao mais pleno desenvolvimento cognitivo. Não se trata de alfabetizar para um mundo no qual a leitura era privilégio de poucos ilustrados, mas sim, para contextos culturais nos quais a decifração da informação escrita é importante para o lazer, o consumo e o trabalho. Este é um mundo letrado, no qual o domínio da língua é também pré-requisito para a aquisição da capacidade de lidar com códigos, e, portanto, ter acesso a outras linguagens simbólicas e não verbais, como as da informática e das artes (VALLE, 1992, p. 68).

Some-se a isso que a lei nº 9.394/96 discutiu uma seção para a Educação de Jovens e Adultos, com apenas dois artigos, quais sejam, o art. 37 e art. 38. A referida lei, em seu artigo 37, assim expressa “A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria”.

Finalmente, ressalta-se que a dificuldade da efetivação da Educação de Jovens e Adultos, dentro de um padrão de qualidade, encontra mais gravidade quanto a questões metodológicas, aí incluindo o problema de formação inicial e

continuada dos professores e de material didático-pedagógico adequado. Após isso, vem os objetivos do ensino da EJA, os quais se encontram abstraídos da clientela a que se destinam, ou seja, os Jovens e Adultos, ficando muito aquém das reais necessidades que a modalidade de educação exige.

### 3.4 LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

As experiências com eventos de leitura e escrita contam muito para a formação de qualquer um. Geralmente, os professores da EJA trabalham com alunos que tiveram muito pouco ou quase nenhum contato com a leitura e escrita desde a infância. O aprendizado desse aluno com certeza será mais difícil do que aquele que desde pequeno, tem acesso à escola e a tudo que ela proporciona.

Ferreiro (1991) chama-nos a atenção para uma interessante relação sobre o que é o ato da leitura e gesto da escrita. Acredita que, em ambos, a ideia de movimento e a ideia de permanência estejam presentes. A leitura teria mais a ver com a impulsão provocada pelo desafio de desvelar o desconhecimento e a escrita estaria mais vinculada à reflexão, para poder decantar, filtrar o pensamento e aperfeiçoá-lo. Embora de forma diferenciada, ambas supõem intervenção pessoal, uma vontade. A respeito da leitura afirma:

A impulsão da leitura está impregnada pelo desafio de decifrar, tentar entender, tomar conhecimento do escrito e do não-escrito, descobrir-se, confrontar-se, descobrir o outro que escreve; compreender os fenômenos, as leis, as virtudes, detectar o passado, o presente, o futuro; flagrar os acontecimentos. Tudo isso parece traduzir o movimento em busca de caminhos e clarezas para tornar decisões para melhor gerir os nossos destinos (FERREIRO, 1991, p. 126).

A mesma autora, sobre a escrita nos diz:

Escrever, no entanto, já pressupõe uma decisão de registrar, revelar seu pensamento, arriscar seu ponto de vista, seu sentimento, de modo que ela possa se tornar visível e até público. Assim, você se diz de uma forma exteriorizada, quase objetivada e cria condição para que sua palavra ganhe permanência (FERREIRO, 1991, p. 126).

A partir dos períodos em análise, percebe-se que, além do aprendizado da leitura e da escrita, os alunos necessitam reconstruir sua identidade e redimensionar a autoestima. Assim sendo, o processo de alfabetização precisa ser algo que resulte do exercício da autonomia, que o alfabetizado seja capaz de perceber que o seu pensamento é importante, que ele pode interferir na problemática social, construindo e transformando a realidade.

Ler e escrever constituem importantes objetivos do ensino de Língua Portuguesa, portanto, os alfabetizadores precisam formar leitores autônomos e produtores de texto capazes de se comunicar com competência, devendo-se possibilitar a estes a oportunidade de conhecer os múltiplos sentidos presentes na comunicação escrita. Mas isso não será possível se os professores continuarem exercendo uma postura mecanicista de ensino, com desenhos pré-formulados para colorir, com textos criados por outros para copiarem, com caminhos pontilhados para seguir, com histórias que alienam, com métodos que não levam em conta a lógica de quem aprende.

Durante parte da década de 1990 foi perceptível a aplicação de novas práticas educativas com base nas proposições de Paulo Freire. Conforme o escritor,

Alfabetização é a aquisição da língua escrita. Por um processo de construção do conhecimento, que se dá num contexto discursivo de interlocução e interação, através do desvelamento crítico da realidade, como uma das condições necessárias ao exercício da plena cidadania: exercer seus direitos e deveres frente à sociedade global (FREIRE, 1996, p. 57).

Essa reflexão leva-nos a buscar novas metodologias, adequadas à realidade do educando, não seguindo a padronização da cartilha de alfabetização (ABC) que reduz o aprendizado a símbolos pré-determinados e que não condizem com o contexto.

Em contrapartida, o papel do educador é mediar a aprendizagem, priorizando, nesse processo, a bagagem de conhecimentos trazida por seus alunos, ajudando-os a transpor esse conhecimento para o “conhecimento letrado”. Portanto, a escrita e a leitura não é um produto escolar, mas sim, um objeto cultural resultado do esforço coletivo da humanidade.

O adulto precisa compreender que a escrita e a leitura vão além da decifração e transcrição de letras e sons. São atividades orientadas pela busca dos sentidos



múltiplos e dos significados. O letramento possibilita a inclusão no universo cultural. Por meio da cultura letrada, podemos ter acesso a uma gama infinita de informações, tendo a possibilidade de uma participação mais ativa no mundo do trabalho, cultura, etc.

Por meio da leitura e da escrita, o professor e o aluno podem ampliar seu universo letrado, utilizando plenamente suas capacidades de uso da linguagem (oral e escrita) e de suas capacidades intelectuais e assim construir novas competências profissionais. De acordo com Soares (2005), ao professor cabe tomar algumas atitudes importantes para que haja vinculação imediata entre o aluno e a escrita/leitura. Atitudes como:

- Respeitar a diversidade de expressões orais de seus alunos;
- Saber proporcionar aos alunos reais situações comunicativas, incentivando-os a exporem suas dúvidas oralmente e a fazer contrapontos em relação a opinião dos outros;
- Saber ler para seus alunos;
- Aproximar seus alunos de fontes de informação instigantes e diversificadas, tais como jornais, revistas, vídeos e cartazes;
- Selecionar textos para diferentes propósitos de leituras: ler para se divertir, ler para buscar informações, ler para apreciar;
- Propor atividades diversificadas para os diferentes grupos de alunos com diferentes apreciações de escrita.

A leitura não se restringe às letras, mas comporta a compreensão da realidade, das nossas interpretações e o que acontece ao nosso redor, pois tudo o que é percebido influencia nas nossas reações e esta condição estimulada definirá os textos escritos.

Falando em leitura, podemos ter em mente alguém lendo jornal, revista, folheto, mas o mais comum é pensarmos em leitura de livros. [...] Sem dúvida, o ato de ler é usualmente relacionado à escrita, e o leitor visto como decodificador da letra. Bastará, porém decifrar palavras para acontecer a leitura? Como explicaríamos as expressões de uso corrente “fazer a leitura” de um gesto, de uma situação; “ler o olhar de alguém”; “ler o tempo”; “ler o espaço”, indicando que o ato de ler vai além da escrita? (MARTINS, 1997, p. 7)

Como podemos constatar acima, o ato de ler é muito mais que folhear livros; é um processo dinâmico e social dos indivíduos. Para validação de nossos

argumentos, vamos enumerar, de acordo com a legibilidade da retórica, quais são os tipos de leitura:

*Decifratória e automática:* a leitura decifratória é aquela em que a atenção e o esforço do leitor se dissipam principalmente na decifração. É típica de indivíduos que estão se familiarizando com o código como os que estão sendo alfabetizados ou aprendendo uma segunda língua. A leitura automática é aquela em que se emprega pequeno esforço na decifração. Supõe leitor qualificado e texto otimizado para a leitura;

*Vocal e mental:* a leitura vocal pode ir de sua forma mais apurada à recitação com esmeros de entoação e até o murmúrio entre dentes. A leitura mental pode simular uma recitação a plena voz ou se afastar disso rumo a uma leitura mais rápida que foge da entoação;

*Fonológica e ideogrâmica:* a leitura fonológica, praticada tanto verbal como mentalmente, é a tradução de um código visual para um código acústico. O signo visual é convertido em fonema, palavra, frase. Na leitura ideogrâmica ou visual, o signo visual, que é grafemático, é captado como signo visual remetendo ao significado sem a passagem pelo lingüístico;

*Integral e seletiva:* a leitura integral é feita palavra por palavra, linha a linha, sem qualquer pretensão. Contrariamente, na leitura seletiva o leitor tem objetivos previamente estabelecidos, como encontrar palavras-chave e elementos de seu interesse. Após a busca ele realiza a leitura integral;

*Leitura produtiva:* A leitura produtiva é rápida, com boa compreensão, dispensa releituras. Para isto acontecer há fatores relacionados à leitura e fatores externos a ele. (MANOSSO, 2010, p. 17)

A leitura propicia a ampliação do conhecimento, abre horizontes na mente, aumenta o vocabulário permitindo melhor entendimento do conteúdo das obras. Atualmente, ao falarmos sobre a leitura estamos nos referindo a um objeto produzido nas/pelas relações entre grupos humanos, em tempos e espaços sociais específicos sendo, portanto, variável. Essa forma de conceber os atos de ler realizados por sujeitos em situações específicas, no plural, opõe-se a um enfoque que toma a leitura como um ato invariável, homogêneo.

Assumimos que as turmas da EJA se constituem em espaços de práticas de leitura e que tanto os educadores que planejam e mobilizam propostas para a aprendizagem que envolvem o ato de ler como os estudantes que se mobilizam para aprender e tomar familiaridade com novas práticas e objetos que respondam a suas necessidades e interesses tomam parte e formam-se mutuamente como leitores nessas ações compartilhadas.

A educação transforma os indivíduos e desta forma é fundamental que todos frequentem a escola, pois além de se alfabetizarem, de se tornarem pessoas mais críticas há ainda uma troca de conhecimentos e experiências com o educador na qual ambos conseguem se aprimorar cada vez mais.

Segundo Freire (1996, p. 23) “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. Quando um educador ensina um educando ao ensinar ele aprende ainda mais com ele, um aprende com o outro, há uma relação de troca de conhecimento. “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (FREIRE, 1996, p. 47).

Na ótica deste autor, ensinar os alunos não é só passar o conteúdo, depositar conteúdo nele, e sim deixá-los construir conhecimento, dar oportunidade para eles; o professor é um orientador na aprendizagem dos mesmos. Sendo assim:

Já agora ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo. Mediatizados pelos objetos cognoscíveis que, na prática “bancária”, são possuídos pelo educador que os descreve ou os deposita nos educandos passivos (FREIRE, 2005, p. 39).

Na concepção de Freire, alfabetizar jovens e adultos é dar oportunidade para todos, e não só para as crianças. Nesse sentido Freire elaborou o método de Alfabetização de Jovens e Adultos, principalmente, a partir do diálogo entre educador e educando, um ouvindo e respeitando o outro, visto que “o papel de homem que é o de sujeito e não de simples objeto” (FREIRE, 2001, p. 53). Nesta concepção, os estudantes devem ser sempre sujeitos capazes de pensar, de refletir e de serem críticos, não podem ser considerados como objetos a serem manipulados. Sendo assim,

A alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem. Isso é levado a efeito, em geral, por meio do processo de escolarização e, portanto, da instrução formal. A alfabetização pertence, assim, ao âmbito do individual (TFOUNI, 2002, p. 9).

A alfabetização é vista como um processo individual pelo fato de a sociedade estar em constante mudança, por isso, a atualização individual deve

acompanhar essas mudanças, visto que ela se refere à leitura, a escrita e as práticas de linguagem do indivíduo. Segundo a autora supracitada, a alfabetização é tida como processo da escolarização.

A relação entre alfabetização e a escolarização torna-se clara se considerarmos que, embora a criança possa primeiramente entrar em contato com a linguagem através de sua família, é principalmente na escola que a alfabetização se consuma (GIROUX *apud* TFOUNI, 1983, p. 59).

Convém destacar que a linguagem antecede a alfabetização, tanto na criança como no adulto, mas é somente na escola que o processo de alfabetização se torna concreto.

Muitas circunstâncias do uso da leitura e da escrita podem ser favorecidas no contexto da sala de aula. Formar usuários autônomos em relação à leitura e a escrita é um papel fundamental da escola. Para isso, é fundamental que ela tome para si essa tarefa, principalmente na Educação de Jovens e Adultos, que é constituída por um público que geralmente foi privado do acesso à cultura letrada. Favorecendo um contexto de letramento, o professor possibilita que os alunos ampliem seus conhecimentos, compreendam o mundo que os rodeia e sintam-se participantes dele.

### 3.5 PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Os adolescentes e adultos procuram a escola, inicialmente, motivados pela expectativa de conseguir um emprego melhor, ou então, levados pelo desejo de elevação da autoestima, da independência e da melhoria de sua vida pessoal, como por exemplo: dar bons exemplos aos filhos, ajudando-os em suas tarefas escolares, entre outros aspectos. Em síntese, pode-se inferir que o maior motivo da procura da escola é a necessidade de fixação de sua identidade como ser humano e ser social.

Esse quadro suscita no educador a adoção de formas de relacionamento diferenciadas. Com os adultos, ganha destaque a sensibilização para a ampliação de suas áreas de interesse, ajudando-os a vencer a timidez, a insegurança e os bloqueios. Os adolescentes, em sua maior parte, trazem algum tipo de frustração e requerem do educador o resgate da imagem da escola e de sua autoestima, por vezes exteriorizadas sob a forma de indisciplina e autoafirmação negativa.

A Educação de Jovens e Adultos deve ser sempre uma educação multicultural, uma educação que desenvolva o conhecimento e a integração na diversidade cultural, como afirma Gadotti (1979), uma educação para a compreensão mútua, contra a exclusão por motivos de raça, sexo, cultura ou outras formas de discriminação e, para isso, o educador deve conhecer bem o próprio meio do educando, pois somente conhecendo a realidade desses jovens e adultos é que haverá uma educação respeitada e de qualidade no nosso país.

Considerando a própria realidade dos educandos, o educador conseguirá promover a motivação necessária à aprendizagem, despertando neles interesses e entusiasmos, abrindo-lhes um maior campo para atingir o conhecimento. O jovem e o adulto querem ver a aplicação imediata do que estão aprendendo e, ao mesmo tempo, precisam ser estimulados para resgatarem a sua autoestima, pois sua "ignorância" lhes trará ansiedade, angústia e "complexo de inferioridade". Esses jovens e adultos são tão capazes como uma criança, exigindo somente mais técnica e metodologia eficientes para esse tipo de modalidade.

Portanto, se desejamos garantir aos jovens e adultos a apreensão de saberes necessários ao seu desenvolvimento por inteiro, a leitura deverá ter sua concepção revista, valorizada e mais bem trabalhada nos espaços educativos da EJA, sobretudo, nos ambientes prisionais. Isso envolve, sem dúvida, a criação de valores éticos para que homens e mulheres, jovens e adultos, possam (con)viver com dignidade e de fato possam ser felizes.

Desta forma, é de fundamental importância a implementação e efetivação de normativas jurídicas que venham a somar nesse processo de valorização do ato ler, especialmente nos ambientes prisionais, que necessitam repensar suas práticas, de modo a impulsionar ações que possibilitem a valorização dos sujeitos de direito, crítico-reflexivos, capazes de mudar a sua realidade e (re)inserir-se na sociedade de forma eficaz e ressocializados.

Soares (2005) afirma que para tentar superar esse contexto, algumas propostas podem ser requeridas para colaborar com a formação de jovens e adultos e assim contribuir com as perspectivas da EJA, em termos de:

- Domínio da leitura e da escrita, das operações matemáticas e conhecimentos sobre natureza e sociedade;

- Maior capacitação para realizar operações mentais a partir de proposições abstratas ou hipotéticas operando com categorias que não são organizadas pela experiência imediata;
- Capacidade de tomar consciência das operações mentais, de controlar melhor o seu pensamento;
- Aprendizagem de conceitos que compõem a estrutura cognitiva, mediante a realização de tarefas, segundo planos ou instruções prévias.

É preciso ter consciência que no processo de aquisição da leitura e da escrita e da aquisição da “cultura letrada”, o que se revela é um “confronto” de verdades, valores e crenças. Para resolver os confrontos, é preciso estabelecer alianças, muitas e diversificadas, em que a “negociação” seja a base fundamental.

Por isso a alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador. Esta é a razão pela qual procuramos um método que fosse capaz de fazer instrumento também do educando e não só do educador e que identificasse, como claramente observou um jovem sociólogo brasileiro (Celso Beisiegel), o conteúdo da aprendizagem como o processo de aprendizagem. Por essa razão, não acreditamos nas cartilhas que pretendem fazer uma montagem de sinalização gráfica como uma doação e que reduzem o analfabeto mais à condição de objeto de alfabetização do que de sujeito da mesma (FREIRE, 2001, p. 76).

No que se refere à aprendizagem e valores, as perspectivas da EJA preveem ganhos para jovens e adultos a partir da afirmação da autoimagem, o desenvolvimento da sociabilidade, a vivência de valores democráticos e o desenvolvimento de responsabilidade pessoal pelo bem-estar comum.

Portanto, não há prática educativa sem objetivos elaborados a partir de critérios que reflitam os valores e ideais da legislação, os conteúdos produzidos pela prática social da humanidade e as necessidades e expectativas de formação cultural exigidas pela população majoritária da sociedade.

Dessa forma, a (re)construção de uma EJA promovedora da satisfação das necessidades culturais da população, mesmo daqueles em situação de privação de liberdade, exige de seus educadores não só o compromisso ético e político com a dignidade humana, mas também uma postura investigativa permanente na busca de respostas que garantam um processo educativo substantivamente popular e

libertador. Para isso, é consubstancial que haja aplicação e efetivação dos instrumentos normativos que valorizem o ato de ler nos ambientes prisionais.

#### **4 ASPECTOS LEGAIS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PRISIONAL**

Neste Capítulo, pretendemos realizar uma análise acerca dos aspectos legais que envolvem a Educação de Jovens e Adultos no campo prisional com destaque para normativas internacionais as quais o país é signatário, bem como a diversos outros mecanismos legais que tratam do direito a educação como política pública para população privada de liberdade.

Nesse sentido, inicialmente, faremos um breve apanhado acerca da Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Adultos; da V Conferência Internacional da UNESCO em Educação de Adultos, além de trazermos os principais instrumentos jurídicos que dizem respeito à EJA prisional previstos na Lei de Execução Penal, lei 7.210, de 1984. Abordaremos também sobre o Plano Nacional de Educação - PNE instituído através da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, especialmente sobre suas diretrizes e metas no que tange a política de educação para as pessoas privadas de liberdade.

A seguir trataremos da Resolução nº 03/2009 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça; da Resolução CNE/CEB nº 02, de 19 de maio de 2010 que dispõe sobre as diretrizes nacionais para oferta de educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade, além do Decreto nº 7.626/2011, que institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do sistema penitenciário.

Além disso, analisaremos o que se prevê a lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2015 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE; o Provimento nº 13/2013 da Corregedoria do Tribunal de Justiça da Paraíba, a qual institui a remição por leitura nos juízos com competência em Execução Penal no Estado, e por fim averiguaremos Recomendação nº 44 de 26 de Novembro de 2013 do Conselho Nacional de Justiça que dispõe sobre as atividades educacionais complementares para fins de remição de pena pelo estudo e estabelece critérios para admissão pela leitura.

Para dinamizar o nosso estudo, reproduzimos alguns dados e indicadores que demonstram a realidade da EJA prisional em nosso país, especialmente sobre os elevados níveis de analfabetismo que é um dos grandes entraves para a consolidação de ações que envolvem a leitura e escrita nesses ambientes, além de analisar os principais documentos oficiais que tratam da Educação de Jovens e



Adultos em privação de liberdade como direito fundamental, bem como destacando textos das leis que nos remetam a importância da leitura nesses ambientes.

Por fim faremos um apanhado das principais normativas que disciplinam a remição pela leitura, tanto no âmbito nacional, quanto no Estado da Paraíba. Para isso traremos uma análise da Recomendação nº 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, da Recomendação nº 13/2013 que tratam do objeto de estudo, apontando inclusive suas diferenças, especialmente no aspecto da abrangência.

#### 4.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO COMO DIREITO DA PESSOA PRESA

No âmbito internacional, a Declaração de Hamburgo sobre a Educação de Adultos (UNESCO, 1997, art. 9º) reafirma sua importância como caminho para lidar com os desafios e complexidades do mundo atual, contando para isso com a energia, a imaginação e a criatividade de todos os sujeitos por ela atendidos. Ao se referir ao segmento prisional, na V Conferência Internacional da UNESCO em Educação de Adultos (CONFITEA) recomenda-se que o direito à educação dos presos seja respeitado pelos países signatários, que devem pôr “em marcha, nas prisões, amplos programas de ensino, com a participação dos detentos, a fim de responder às suas necessidades e aspirações em matéria de educação”. (UNESCO, 1997).

É importante frisar que, em sendo o Brasil um dos países signatários, deve implementar e garantir acesso da população privada de liberdade aos programas de educação instituídos pelo governo. Nesse sentido a Educação de Jovens e Adultos se constitui como um importante meio de acesso dessa população específica à educação formal, seja pela faixa etária, seja pelo histórico de baixa escolaridade dos encarcerados do nosso país.

No campo específico das leis que regem o sistema de justiça criminal temos a Lei de Execução Penal – LEP, Lei nº 7.210, de 1984, que trata da execução penal nas unidades prisionais do país e que prevê como direito fundamental da pessoa privada de liberdade, acesso a programas educacionais, para isso, traz em sua redação que cada estabelecimento penal deverá contar com ambientes destinados a promoção de assistência educacional, inclusive tornando obrigatória a de 1º grau que deverá integrar-se ao sistema escolar da unidade federativa.

Em seu art. 3º, afirma que ao condenado e ao interno serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei. Isso equivale a dizer que, embora tenham temporariamente suspensos seus direitos civis, todos os demais direitos da pessoa presa devem ser regidos pelas mesmas leis que o conjunto da sociedade. A LEP traz ainda a possibilidade de utilização de novas ferramentas educacionais e tecnologias de ensino que possibilitem um melhor processo de ensino aprendizagem dentro das escolas prisionais.

Percebemos que a própria Lei nos remete ao incentivo à leitura dentro da prisão na medida em que destina um artigo exclusivo como podemos observar no artigo 21 *in verbis*: **“Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos”** (Grifo nosso). A previsão legal de espaços de leitura é de fundamental importância dentro da política de EJA prisional, na medida em que possibilita uma amplitude do universo das prisões, pois tais exercícios promovem um cumprimento de pena mais humanizado, qualificado e ressocializador, atendendo ao que preceitua o nosso ordenamento jurídico no que tange a execução das penas.

O Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, cujo objetivo é a elevação global do nível de escolaridade da população e a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis, reforça o direito ao ensino fundamental para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria ou que não o concluíram, e estabelece, ainda, como meta implantá-lo em todas as unidades prisionais e nos estabelecimentos que atendam “adolescentes e jovens infratores”, bem como a programas de educação de jovens e adultos de nível fundamental e médio, assim como de formação profissional.

Para isso prevê em seu Artigo 17 que para assegurar programas de assistência mínima associados à educação, disponibilizará recursos provenientes do FUNPEN – Fundo Penitenciário Nacional.

Percebemos que o legislador atentou para a importância da elevação do nível de escolaridade e melhoria da qualidade do serviço educacional prestado que ainda é um dos grandes gargalos do nosso país.

Quando falamos de EJA em prisões nos remetemos a uma série de questões que tornam a problemática ainda mais alarmante e urgente; um sistema penitenciário que possui em sua maioria uma população com baixo nível

educacional e consequentemente níveis elevados de analfabetismo como podemos observar nos dados fornecidos pelo sistema de Informações Penitenciárias – Infopen<sup>3</sup>, vinculado ao Ministério da Justiça.

**Tabela 1** – Taxa de nível de instrução das pessoas privadas de liberdade no Brasil

UF	Analfabetos	Alfabetizado (sem cursos regulares)	Ensino Fundamental incompleto	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio incompleto	Ensino Médio completo	Ensino Superior incompleto	Ensino Superior completo	Ensino acima do Superior completo
AC	8,66%	6,67%	53,37%	14,34%	10,36%	6,10%	0,35%	0,14%	0,00%
AL	21,87%	11,82%	43,42%	9,36%	7,05%	5,61%	0,54%	0,27%	0,07%
AM	3,11%	4,09%	52,73%	16,67%	13,49%	9,12%	0,62%	0,16%	0,00%
AP	4,54%	32,30%	19,99%	15,77%	17,80%	7,57%	1,51%	0,52%	0,00%
BA	12,35%	16,06%	45,31%	8,23%	10,95%	6,35%	0,46%	0,30%	0,00%
CE	6,55%	26,36%	46,41%	8,36%	5,73%	5,66%	0,64%	0,29%	0,01%
DF	1,85%	1,50%	57,77%	9,76%	15,55%	11,12%	1,85%	0,60%	0,00%
ES	2,93%	6,01%	53,24%	10,44%	15,54%	10,38%	0,77%	0,55%	0,13%
GO	6,95%	18,71%	33,29%	18,34%	13,27%	8,19%	0,89%	0,33%	0,03%
MA	15,88%	17,11%	30,74%	11,89%	14,14%	8,96%	1,10%	0,17%	0,00%
MG	2,87%	8,68%	54,34%	12,52%	12,81%	7,39%	0,91%	0,41%	0,06%
MS	2,78%	2,68%	60,26%	13,30%	11,34%	7,24%	1,64%	0,74%	0,02%
MT	5,34%	7,78%	50,81%	14,46%	12,97%	7,09%	0,83%	0,72%	0,00%
PA	6,14%	9,36%	57,69%	9,00%	10,46%	6,68%	0,37%	0,29%	0,00%
PB	19,85%	15,52%	34,06%	14,05%	10,00%	5,82%	0,40%	0,27%	0,02%
PE	15,78%	12,59%	47,45%	4,28%	11,55%	7,64%	0,54%	0,16%	0,01%
PI	13,64%	22,73%	38,91%	10,61%	6,26%	5,28%	1,81%	0,78%	0,00%
PR	1,01%	3,53%	63,92%	8,45%	14,53%	6,83%	1,17%	0,51%	0,05%
RJ	2,12%	4,47%	66,46%	12,61%	6,16%	6,90%	0,66%	0,60%	0,02%
RN	14,57%	16,80%	49,42%	5,79%	6,73%	6,01%	0,40%	0,29%	0,00%
RO	5,31%	9,65%	55,52%	10,96%	11,76%	5,66%	0,72%	0,41%	0,02%
RR	2,32%	13,31%	38,68%	7,66%	19,13%	15,39%	2,44%	1,07%	0,00%
RS	3,38%	5,72%	61,20%	12,20%	10,33%	6,04%	0,79%	0,33%	0,01%
SC	2,43%	5,07%	53,42%	15,03%	12,49%	9,71%	1,14%	0,62%	0,09%
SE	6,81%	6,05%	66,44%	6,88%	7,00%	6,20%	0,52%	0,09%	0,00%
SP	2,71%	3,77%	43,36%	18,99%	17,40%	12,25%	1,02%	0,49%	0,01%
TO	8,64%	19,54%	33,43%	19,82%	13,04%	4,91%	0,56%	0,06%	0,00%
Brasil	3,99%	6,73%	49,58%	14,78%	13,96%	9,54%	0,95%	0,46%	0,02%

Fonte: Infopen, dez/2014

<sup>3</sup> Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. O banco de dados contém informações de todas as unidades prisionais brasileiras, incluindo dados de infraestrutura, seções internas, recursos humanos, capacidade, gestão, assistências, população prisional, perfil das pessoas presas, entre outros.

Os dados mostram que a Paraíba ocupa a 2ª posição no ranking nacional do analfabetismo no âmbito das unidades prisionais, com quase 20% dos privados de liberdade sem domínio das habilidades de leitura e escrita. Como sabemos, o domínio dessas habilidades é fundamental para formar cidadãos mais conscientes de seu papel na sociedade, se constituindo em um valioso instrumento para ressocialização dos presos. O que só reforça a necessidade urgente de melhorias nesse campo estratégico para melhoria do cumprimento de pena nas unidades prisionais do país.

Ademais, o PNE que possui prazo de vigência de 10 anos, ou seja, norteará ações de educação até o ano de 2024, atenta para uma série de diretrizes com destaque para a erradicação do analfabetismo e universalização da educação, além da promoção de princípios de respeito aos direitos humanos e à diversidade que são fundamentais em todos os segmentos da educação, especialmente dentro do sistema penitenciário que carece de atenção especial no que tange a política de EJA que possibilite amenizar a situação caótica que se encontra com taxas de analfabetismo e acesso à educação limitada por deficiências estruturais, humanas e políticas.

O PNE estabelece ainda, uma série de metas entre das quais destacamos a Meta 9 que visa a elevação da taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto, além de reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional<sup>4</sup>. Dessa forma, assegura também a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental e médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais do país, além de ofertar formação específica para os professores e professoras que trabalham com essa população específica, mesmo que em regime de colaboração técnica.

A Resolução nº 03/2009 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça - CNPCP, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para Oferta de Educação nos Estabelecimentos Prisionais, é mais um

---

<sup>4</sup> Conceito criado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) em 1978 para referir-se a pessoas que, mesmo sabendo ler e escrever algo simples, não tem as habilidades necessárias para viabilizar o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

importante documento oficial que trata da educação nas prisões, já no artigo 2º observamos que “as ações de educação no contexto prisional devem estar calcadas na legislação educacional vigente no país e na Lei de Execução Penal, devendo atender as especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino”. Novamente percebemos que a vinculação da educação prisional deve estar em consonância com os pressupostos da educação vigente no nosso país, ou seja, mesmo em situação de privação de liberdade, todos têm direito a uma educação de qualidade. O documento fala ainda sobre como a oferta de educação deve ser organizada no contexto prisional, como podemos observar no artigo 3º, *in verbis*:

Art. 3º - A oferta de educação no contexto prisional deve:

- I – atender aos eixos pactuados quando da realização do Seminário Nacional pela Educação nas Prisões (2006), quais sejam: a) gestão, articulação e mobilização; b) formação e valorização dos profissionais envolvidos na oferta de educação na prisão; e c) aspectos pedagógicos;
- II – resultar do processo de mobilização, articulação e gestão dos Ministérios da Educação e Justiça, dos gestores estaduais e distritais da Educação e da Administração Penitenciária, dos Municípios e da sociedade civil;
- III – ser contemplada com as devidas oportunidades de financiamento junto aos órgãos estaduais e federais;
- IV – estar associada às ações de fomento à leitura e a implementação ou recuperação de bibliotecas para atender à população carcerária e aos profissionais que trabalham nos estabelecimentos penais; e**
- V – promover, sempre que possível, o envolvimento da comunidade e dos familiares do(a)s preso(a)s e internado(a)s e prever atendimento diferenciado para contemplar as especificidades de cada regime, atentando-se para as questões de inclusão, acessibilidade, gênero, etnia, credo, idade e outras correlatas. (Grifo nosso)

Percebemos no artigo acima a importância que a legislação traz com relação às ações de fomento leitura dentro das unidades prisionais, tanto para as populações em situação de privação de liberdade, quanto para os próprios profissionais que trabalham nesses ambientes. O legislador atentou para uma oferta de educação nas prisões, como direito da pessoa presa, além de associar a esta à possibilidade de desenvolvimento de ações que ampliem a capacidade e implementação de projetos/ações de incentivo à leitura.

Ainda no que diz respeito à resolução 03/2009 do CNPCP percebemos no documento a importância dada ao planejamento das ações de educação que poderá

*ser formal, não formal e na modalidade à distância*; recomenda, ainda, que as ações de educação formal sigam o calendário da unidade federativa que o sistema penitenciário estiver inserido, reforçando o direito a educação e a isonomia com a educação fora das prisões.” O documento traz ainda em seu anexo I, 40 propostas voltadas a educação em prisões nos eixos Gestão, Articulação e Mobilização; Formação e Valorização dos Profissionais envolvidos na Oferta e por fim os Aspectos Pedagógicos com destaque para as seguintes propostas que reforçam o direito a educação nas prisões:

(...)

10. O diagnóstico da vida escolar dos apenados logo no seu ingresso ao sistema, com vistas a obter dados para a elaboração de uma proposta educacional que atenda às demandas e circunstâncias de cada um, seja realizado;

13. Os responsáveis pela oferta elaborem estratégias para a garantia de continuidade de estudos para os egressos, articulando-as com entidades que atuam no apoio dos mesmos – tais como patronatos, conselhos e fundações de apoio ao egresso e organizações da sociedade civil;

**18. A existência de uma política de incentivo ao livro e à leitura nas unidades, com implantação de bibliotecas e com programas que atendam não somente aos alunos matriculados, mas a todos os integrantes da comunidade prisional;**

24. No âmbito de seus projetos políticos-pedagógicos, as escolas de formação de profissionais penitenciários atuem de forma integrada e coordenada para formação continuada de todos os profissionais envolvidos e aprimoramento nas condições de oferta da educação no sistema penitenciário. Nos estados em que elas não existem, sejam implementadas, conforme Resolução nº 04, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.;

**28. Os cursos superiores de graduação em Pedagogia e as demais licenciaturas incluam nos seus currículos a formação para a EJA e, nela, a educação prisional;**

36. Seja incluída na educação de jovens e adultos no sistema penitenciário a formação para o mundo do trabalho, entendido como um locus para a construção da autonomia do sujeito e de desenvolvimento de suas capacidades profissionais, intelectuais, físicas, culturais e sociais;

38. Sejam ampliadas as possibilidades de educação a distância em seus diferentes níveis, resguardando-se deste atendimento o ensino fundamental;

39. Sejam ampliadas as possibilidades de uso de tecnologias nas salas de aula de unidades prisionais, visando ao enriquecimento da relação de ensino-aprendizagem;

40. Seja garantida a autonomia do professor na avaliação do aluno em todo o processo de ensino aprendizagem. (Grifo nosso)

Dentre as propostas observamos a importância dada às atividades voltadas a leitura, como uma política a ser incentivada através de programas que atendam a toda população prisional, além disso, as propostas também destacam a importância de se implementar nos cursos superiores de formação de professores, currículos que estejam de acordo com a perspectiva de possibilitar uma formação voltada também à Educação de Jovens e Adultos com foco nas pessoas em situação de privação de liberdade.

Outro dispositivo legal que traz atenção especial à educação prisional é a **Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de maio de 2010** que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais do país, resolução publicada através da presidência da Câmara de Educação Básica do Conselho de Educação. A resolução foi publicada com o intuito de estabelecer norma geral tendo em vista as responsabilidades do Estado e da sociedade para garantir direito à educação destinada aos jovens e adultos nos mais diversos estabelecimentos prisionais, além de garantir uma norma que regule sua oferta.

A referida resolução foi fruto de diversos debates em torno do tema, especialmente de contribuições provenientes da participação de representantes de organizações governamentais e de entidades da sociedade civil em reuniões de trabalho e audiências públicas promovidas pelo Conselho Nacional de Educação e no campo internacional pelo que foi aprovado pelas Conferências Internacionais de Educação de Adultos (V e VI CONFINTEA). Tais debates tiveram, em vigência, se voltaram à “preocupação de estimular oportunidades de aprendizagem a todos, em particular, os marginalizados e excluídos”, por meio do Plano de Ação para o Futuro, que garante o reconhecimento do direito à aprendizagem de todas as pessoas encarceradas, proporcionando-lhes informações e acesso aos diferentes níveis de ensino e formação.

Essa importante normativa já em seu artigo 2º traz a seguinte redação:

Art. 2º As ações de educação em contexto de privação de liberdade devem estar calcadas na legislação educacional vigente no país, na Lei de Execução Penal, nos tratados internacionais firmados pelo Brasil no âmbito das políticas de direitos humanos e privação de liberdade, devendo atender às especificidades dos diferentes níveis e modalidades de **educação e ensino e são extensivas aos presos**

**provisórios, condenados, egressos do sistema prisional e àqueles que cumprem medidas de segurança.** (Grifo nosso).

O artigo deixa clara a amplitude do direito à educação que abrange o preso nas diversas situações de privação de liberdade quais sejam: presos condenados; provisórios; egressos do sistema penitenciário e mesmo aqueles em cumprimento de medida de segurança<sup>5</sup>, além disso, reitera a participação do Brasil no âmbito internacional, onde o país firmou tratado no sentido da garantia dos direitos humanos e consequentemente da garantia do acesso à educação e suas diferentes perspectivas e possibilidades.

Ainda no tocante a oferta de educação o referido documento em seu artigo 3º, que trata da oferta da EJA nas unidades prisionais, destaca que essa educação deverá estar associada a diversas ações complementares com destaque para *cultura, esporte, inclusão digital, educação profissional, **fomento a leitura, recuperação e implantação de bibliotecas*** destinadas ao atendimento específico da população carcerária, inclusive dos profissionais que prestam serviço nesses espaços, o que só reforça a importância dada à leitura e a disponibilização de espaços que possibilitem a sua efetivação.

Por sua vez o **Decreto nº 7.626 de Novembro de 2011** que institui o **Plano Estratégico de Educação no Âmbito das Unidades Prisionais – PEESP** tem como finalidade a ampliação e qualificação da oferta de educação nesses ambientes, além disso, possui os seguintes objetivos:

- I - executar ações conjuntas e troca de informações entre órgãos federais, estaduais e do Distrito Federal com atribuições nas áreas de educação e de execução penal;
- II - incentivar a elaboração de planos estaduais de educação para o sistema prisional, abrangendo metas e estratégias de formação educacional da população carcerária e dos profissionais envolvidos em sua implementação;
- III - contribuir para a universalização da alfabetização e para a ampliação da oferta da educação no sistema prisional;**
- IV - fortalecer a integração da educação profissional e tecnológica com a educação de jovens e adultos no sistema prisional;

---

<sup>5</sup> A medida de segurança constitui uma espécie de sanção penal imposta pelo Estado. Sendo o Brasil um Estado Constitucional Democrático de Direito, devem ser observadas na aplicação da medida de segurança as mesmas garantias e princípios constitucionais que fundamentam a aplicação da sanção pena.



V - promover a formação e capacitação dos profissionais envolvidos na implementação do ensino nos estabelecimentos penais; e  
VI - viabilizar as condições para a continuidade dos estudos dos egressos do sistema prisional. (Grifo nosso).

O documento atenta para o fato de que, para a efetivação desses objetivos, serão adotadas as providências necessárias, no intuito de assegurar os espaços físicos adequados às atividades educacionais, culturais e de formação profissional, e sua integração às demais atividades dos estabelecimentos penais. O Decreto também orienta os gestores do sistema prisional sobre a importância da oferta de educação nos estabelecimentos prisionais.

Como percebemos os principais documentos oficiais abarcam a educação como direito fundamental, mesmo para as populações privadas de liberdade, incentivando e norteando os sistemas de ensino com diretrizes e metas que possam melhorar a oferta e qualidade da Educação de Jovens e Adultos nas unidades prisionais do país.

Ademais percebemos que os documentos oficiais, norteiam e têm instituído políticas que podem favorecer a diminuição do analfabetismo e consequente estímulo a práticas de leitura, através da criação e melhoria de bibliotecas nos ambientes prisionais.

#### 4.2 DOCUMENTOS OFICIAIS QUE TRATAM DA REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA NO ÂMBITO DAS UNIDADES PRISIONAIS: do Brasil à Paraíba

No Brasil a possibilidade de remição de pena através das chamadas atividades educacionais complementares, como a leitura, tem previsão legal desde o ano de 2013, quando o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, aprovou a recomendação nº 44/2013, ato normativo infralegal<sup>6</sup>, assinada pelo então presidente Joaquim Barbosa. O documento propõe a instituição, nos presídios estaduais e federais, de projetos específicos de incentivo à remição pela leitura, possibilitando a diminuição de parte das penas impostas pela justiça as pessoas que estejam em cumprimento de pena nos regimes fechado e semiaberto.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Ato do governo, que embora tenha forma de lei não tem força de lei.

<sup>7</sup> A legislação penal brasileira permite que o condenado em regime fechado ingresse no semiaberto após o cumprimento de 1/6 da pena, desde que tenha bom comportamento carcerário. Nos crimes contra a Administração Pública, como, por exemplo, a corrupção, o condenado só muda de regime,

Diante da possibilidade efetiva da nova modalidade de remição, diversos Estados, através dos poderes judiciários locais, instituíram programas de incentivo a leitura dentro da EJA com base na nova recomendação. Já no seu artigo 1º estão preconizadas diversas recomendações aos Tribunais de Justiça dos Estados com destaque para:

- Estimulo da população privada de liberdade a participação nas atividades de remição pela leitura;
- Necessidade de constituição, por parte da autoridade penitenciária estadual ou federal, de projeto específico que vise a remição pela leitura, atendendo pressuposto de ordem objetiva e subjetiva;
- Que a participação do preso se dê de forma voluntária, disponibilizando-se ao participante 1 (um) exemplar de obra literária, clássica, científica ou filosófica, dentre outras, de acordo com o acervo disponível na unidade, adquiridas pelo Poder Judiciário, pelo Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, Secretarias Estaduais/Superintendências de Administração Penitenciária dos Estados ou outros órgãos de execução penal e doadas aos respectivos estabelecimentos prisionais;
- Que assegure o quanto possível, a participação no projeto de presos nacionais e estrangeiros submetidos à prisão cautelar;
- **Garantia que nos acervos das bibliotecas existam, no mínimo, 20 (vinte) exemplares de cada obra a ser trabalhada no desenvolvimento de atividades para que haja efetivação dos projetos;**
- Estabelecimento de critérios objetivos, onde o preso terá o prazo de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) dias para a leitura da obra, apresentando ao final do período resenha a respeito do assunto, possibilitando, segundo critério legal de avaliação, a remição de 4 (quatro) dias de sua pena e ao final de até 12 (doze) obras efetivamente lidas e avaliadas, a possibilidade de remir 48 (quarenta e oito) dias, no prazo de 12 (doze) meses, sempre de acordo com a capacidade gerencial da unidade prisional;
- Assegurarem que a comissão organizadora do projeto analise, em prazo razoável, os trabalhos produzidos, observando aspectos relacionados à compreensão e compatibilidade do texto com o livro trabalhado. O resultado da avaliação deverá ser enviado, por ofício, ao Juiz de Execução Penal competente, a fim de que este decida sobre o aproveitamento da leitura realizada, contabilizando-se 4 (quatro) dias de remição de pena para os que alcançarem os objetivos propostos;

---

após 1/6 da pena, se tiver bom comportamento e também reparar o prejuízo aos cofres públicos, exceto quando ele comprovar a impossibilidade de fazê-lo. Para os crimes hediondos, como estupro, a progressão de regime se dá após o cumprimento de 2/5 da pena, se o condenado for primário, e de 3/5 da pena se for reincidente. O regime aberto, por sua vez, é imposto a todo réu condenado a até quatro anos de prisão, desde que não reincidente. Nesse regime, a pena é cumprida em casa de albergado ou, na falta deste, em estabelecimento adequado, como, por exemplo, a residência do réu. O condenado é autorizado a deixar o local durante o dia, devendo retornar à noite. Para o regime aberto podem progredir os que se encontram no semiaberto, após o cumprimento dos requisitos previstos na legislação penal brasileira, como tempo de cumprimento de pena e bom comportamento.

- Cientificar, sempre que necessário, os integrantes da comissão referida na alínea anterior, nos termos do art. 130 da Lei n. 7.210/84, acerca da possibilidade de constituir crime a conduta de atestar falsamente pedido de remição de pena;
- Encaminhamento através do diretor do estabelecimento penal, estadual ou federal, relação mensal ao juízo da execução com cópia do registro de todos os presos participantes do projeto, com informações sobre o item de leitura de cada um deles;
- Fornecimento ao detendo da relação dos dias remidos por meio da leitura. (Grifo nosso).

Com o novo instituto da remição de pena através da leitura, os estabelecimentos prisionais têm mais um importante instrumento que possibilita redução da criminalidade, no cumprimento de pena e/ou extramuros e ressocialização dos detentos auxiliando o apenado no aprimoramento intelectual, cultural, moral e profissional, com reflexos positivos no seu retorno ao convívio social.

O instituto da remição de pena, de acordo com Dotti (2005), refere-se ao abatimento no tempo da pena privativa de liberdade nos regimes fechado ou semiaberto, pelo trabalho ou estudo realizado pelo preso, visando ainda a readaptação do indivíduo ao meio social, que se constitui em um dos objetivos do cumprimento de pena no país.

Reforçando tal entendimento, Zacarias (2006, p. 35) afirma que “A execução da pena implica uma política destinada à recuperação do preso que é alçada de quem tem jurisdição sobre o estabelecimento onde ele está recluso.” Continua o renomado autor (2005, p. 35):

Apesar de moderna, procurando racionalizar, desburocratizar e flexibilizar o funcionamento do sistema prisional, a Lei de Execuções Penais não tem produzido os resultados concretos almejados por seus autores e esperados pela sociedade. Tal ineficácia está na omissão do Poder Executivo que, procurando de todas as formas dirimir e eximir-se de suas obrigações básicas no plano social, até a presente data não houve investimentos necessários em escolas, em fábricas e fazendas-modelo, ou mesmo comércio; em pessoal especializado e em organizações encarregadas de encontrar postos de trabalho para os presos em regime semi-aberto e aberto, principalmente para os egressos dos estabelecimentos penais.

Diante deste quadro atual e da crise que o sistema penitenciário passa, vemos na recomendação nº 44 do CNJ um importante instrumento para reintegração social dos que estão em situação de privação de liberdade, pois incentiva a

participação em atividades de leitura, ampliando a Educação de Jovens e Adultos, possibilitando ainda a elevação dos níveis de escolarização e preparação desses detentos para o retorno a sociedade de forma mais qualificada.

O incentivo à leitura previsto na referida recomendação pode ainda proporcionar o resgate da autoestima, trocando momentos ociosos por leitura/estudo, ampliando a capacidade leitora e oportunizando ao que lê a mudança de opinião, construção de pensamentos que vislumbrem melhor convivência na sociedade, bem como formar leitores melhor preparados para concluir a escolarização básica ingressando, inclusive, no ensino superior.

A corregedoria do tribunal de Justiça da Paraíba editou o Provimento nº 13/2013 instituindo a remição pela leitura nos juízos com competência em Execução Penal definindo critérios para avaliação e disciplinando o respectivo procedimento. O referido documento considera a leitura como um trabalho intelectual equiparando-a ao estudo, além disso, destaca a leitura como um importante instrumento de reinserção social do custodiado, pela capacidade de agregar valores éticos-morais a sua formação.

Já o artigo 2º condiciona que a participação deve se dar de forma voluntária, além de estabelecer os seguintes critérios:

- Participação de presos dos regimes fechado, semiaberto e aberto das unidades prisionais do Estado;
- Que os participantes devem possuir habilidades de leitura e escrita necessárias para execução do trabalho que consiste na confecção de resenha da obra lida;
- Disponibilização de obras literárias, clássicas, científicas ou filosóficas, dentre outras, de acordo com as obras que estiverem disponíveis na unidade prisional.

O documento estabelece ainda que cada unidade deverá formar uma comissão nomeada e presidida pelo Diretor do estabelecimento prisional, composta, sempre que possível à realidade local, por membros da própria administração penitenciária, secretaria estadual de educação, secretaria municipal de educação, bem como por colaboradores de entidades privadas ligadas à educação, tendo seus membros atuação por no máximo 1 (um) ano, salvo o seu presidente.

No artigo 4º o Provimento traz uma série de objetivos para que a remição de pena possa ser validada pela comissão, a saber:

- Manter a **estética** da resenha, respeitando à margem do texto, o parágrafo, além de possuir letras legíveis;
- **Limitação ao tema**, ou seja, ater-se ao conteúdo do livro, sem citar assuntos alheios ao objetivo proposto;
- **Fidedignidade**, ou seja, proibição de resenhas que sejam consideradas como plágio. (Grifo nosso).

De acordo com parágrafo 1º do respectivo artigo e com vistas ao incentivo à leitura e ao desenvolvimento da escrita, poderão participar das oficinas, todos os funcionários da unidade e os possíveis colaboradores da área educacional. O artigo remete ainda sobre a importância da integração de todos para o sucesso da nova modalidade de remição, qual seja, pela leitura.

O provimento estabelece que a cada obra lida no período de no máximo 30 dias, o participante terá 4 (quatro) dias diminuídos de sua pena, estabelecendo ainda, a possibilidade de no período de 12 (doze) meses remir até 48 (quarenta e oito) dias de suas penas.

No artigo 7º é abordado o trabalho técnico da comissão de análise das obras lidas que, dentre as várias atribuições, deverá observar aspectos relativos à compreensão e compatibilidade do texto com o livro, objeto de leitura, arguindo ainda o participante sobre o conteúdo do livro e da resenha por ele escrita.

O Provimento estabelece ainda que todas as resenhas escritas deverão ser encaminhadas mensalmente ao juízo da execução penal pelo diretor do respectivo estabelecimento prisional. O juízo após oitiva do Ministério Público e da defesa decidirá sobre o aproveitamento do participante e a correspondente remição.

Dessa forma apesar da comissão realizar as correções através dos critérios estabelecidos é o Juízo da Execução Penal quem de fato válida ou não o aproveitamento das obras encaminhadas para fins de remição de pena, atualizando o respectivo cálculo de pena e expedindo atestado de pena a cumprir relativo aos presos participantes.

A recomendação finaliza ampliando a possibilidade dos juízos com competência em execução penal, de editarem portarias específicas tratando da remição de pena pela leitura, a fim de adaptar as situações peculiares de cada local, desde que em consonância com o provimento.

Percebemos nos documentos oficiais que tratam da possibilidade de remição de pena pela leitura, algumas diferenças, especialmente, com relação à amplitude dos participantes, pois enquanto a Recomendação nº 44/2013 do CNJ restringe a

participação nos projetos de remição pela leitura a todos os presos do regime fechado e semiaberto; o Provimento nº13/2013, da Corregedoria do Tribunal de Justiça da Paraíba, estende essa possibilidade também aos que estejam em cumprimento de pena no regime aberto e mesmo para aqueles que estão em cumprimento de prisão cautelar.

Com isso a normativa estadual amplia a participação para quase todos os regimes de cumprimento de medidas de privação de liberdade, com exceção para aqueles que estejam em cumprimento de livramento condicional<sup>8</sup>.

Entendemos que essa ampliação possibilita a reinserção na sociedade de presos mais conscientes e preparados, com um maior domínio das habilidades de leitura e escrita que são fundamentais para que possam almejar possibilidade efetivas de mudança e ampliação de suas perspectivas enquanto cidadão.

Em nossa ótica a remição, tomando por base o tempo dedicado ao aprimoramento estudantil, é medida importante para os fins da execução da pena, influenciando certamente na readaptação do preso ao convívio com a sociedade.

Estudar, especialmente estando recluso numa prisão, é tão ou mais notável que o próprio trabalho, pois o estudo engrandece e dignifica a natureza humana, oportuniza a liberdade mais cedo e expressa esforço e dedicação pessoal do apenado.

Além disso, a leitura é um dos principais meios para construção do conhecimento, e o seu estímulo nos presídios, através do benefício da remição, oportuniza-se aos apenados um novo recomeço diante de uma nova mentalidade que a leitura proporciona, podendo até se falar em uma nova identidade cultural, quando no retorno ao convívio social, criando novas perspectivas de vida.

---

<sup>8</sup> Medida penal consistente na liberdade antecipada do reeducando, etapa de preparação para a soltura plena, importante instrumento de ressocialização.

## **5 AQUISIÇÃO DA LEITURA E ESCRITA: uma análise das resenhas escritas por apenados da Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão**

Após os esclarecimentos feitos nos capítulos anteriores, iremos explicitar a realidade dos dados que foram analisados, para isso traçaremos o perfil da população prisional do Brasil, com destaque para o contexto do Estado da Paraíba e da Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão, situando dessa forma a pesquisa.

Como sabemos a situação da educação no sistema penitenciário nacional é bastante preocupante, pois apesar de estar preconizado em diversas normativas jurídicas, te disponibilidade de recursos destinados aos entes federativos através de fundo próprio, com previsão de aplicação nos respectivos sistemas prisionais, o cenário é nebuloso e exige ainda enfrentamento com políticas públicas que possam superar os alarmantes índices de analfabetismo, especialmente no Estado da Paraíba, que segundo dados oficiais do INFOPEN encontra-se na segunda colocação no ranking de analfabetos.

A atuação do Estado é fundamental para o processo de melhoria da Educação de Jovens e Adultos para os que estão em situação de privação de liberdade. Não obstante, é fundamental que ações concretas no campo educacional possam ser efetivadas para que projetos como o da remição pela leitura possam fazer a diferença dentro do sistema penitenciário, possibilitando dessa forma, mudança efetiva nas perspectivas de um cumprimento de pena mais humanizado e ressocializador.

Assim, questionamos se de fato apesar de todos os instrumentos jurídicos pertinentes a EJA prisional em especial, à remição pela leitura, preconizada na Recomendação nº44/2013 do CNJ, estão sendo efetivados.

Nesse sentido, ao longo do capítulo o intuito é analisar se a referida recomendação tem sido efetivada, quais as eventuais dificuldades encontradas, analisando a luz da teoria de Ferreiro e Teberosky (2008) em que estágio linguístico encontram-se os participantes do projeto de Leitura na EJA prisional. Por fim analisaremos se a leitura tem sido um meio facilitador para a ressocialização, utilizando como parâmetro o cometimento de faltas graves previstas na Lei 7.210/1984 quais sejam:

Art. 50. Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que: I - incitar ou participar de movimento para subverter a ordem ou a disciplina; II - fugir; III - possuir, indevidamente, instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem; IV - provocar acidente de trabalho; V - descumprir, no regime aberto, as condições impostas; VI - inobservar os deveres previstos nos incisos II e V, do artigo 39, desta Lei. VII – tiver em sua posse, utilizar ou fornecer aparelho telefônico, de rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo. (Incluído pela Lei nº 11.466, de 2007) Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, ao preso provisório.

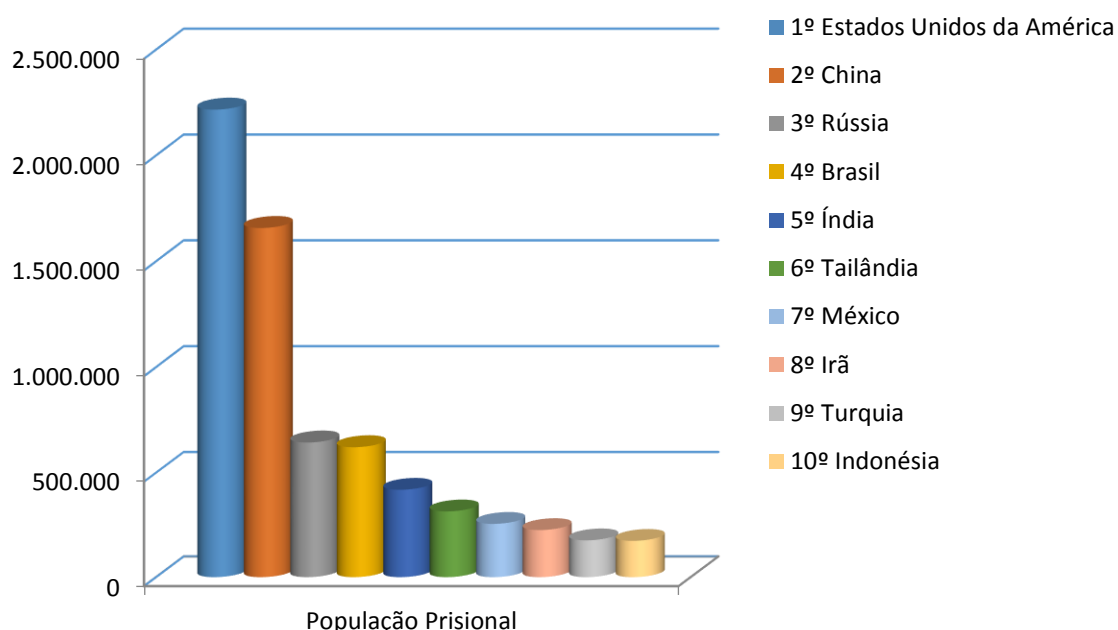
Art. 51. Comete falta grave o condenado à pena restritiva de direitos que: I - descumprir, injustificadamente, a restrição imposta; II - retardar, injustificadamente, o cumprimento da obrigação imposta; III - inobservar os deveres previstos nos incisos II e V, do artigo 39, desta Lei.

Art. 52. A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasione subversão da ordem ou disciplina internas, sujeita o preso provisório, ou condenado, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características [...].

## 5.1 O PERFIL DA POPULAÇÃO PRISIONAL: do Brasil a Paraíba

Segundo dados do Sistema de Informações Penitenciárias – Infopen divulgados no último relatório do Departamento Penitenciário nacional – DEPEN realizado no ano de 2014 e publicado no mês de Abril de 2016, a população prisional brasileira chegou aos mais 622 mil detentos, o que coloca o país na 4ª posição do Ranking mundial de pessoas presas, conforme observamos no gráfico abaixo.



**Gráfico 1 – Países com a maior população prisional do mundo (2016)**

Fonte: Infopen/Ministério da Justiça (2016)

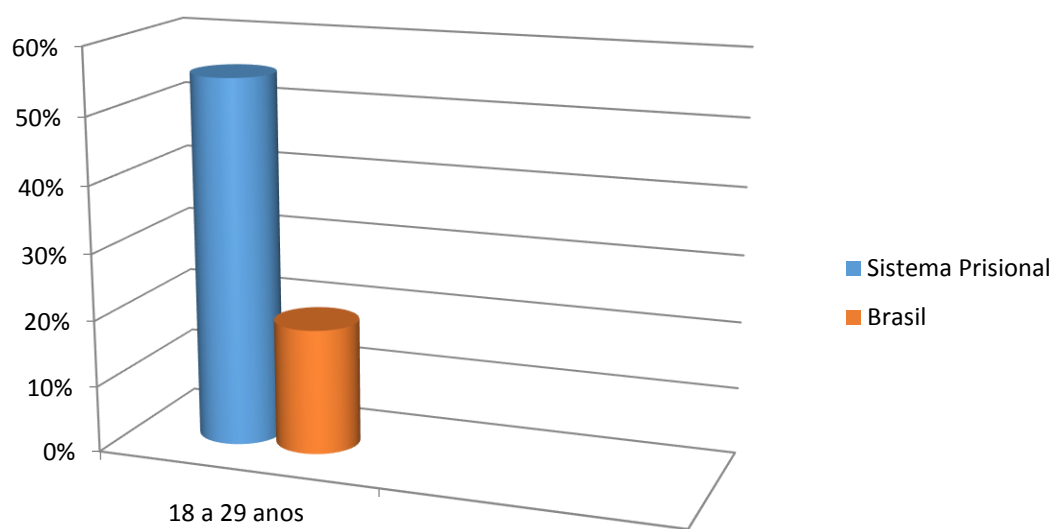
Como podemos perceber, a população prisional brasileira em termos absolutos é bastante numerosa, e desde os anos 90 vem crescendo de forma espantosa. Os dados oficiais mostram que entre 1990 e 2014 o crescimento foi de mais de 618%, ou seja, saiu do patamar de 90 mil presos para mais de 622 mil pessoas privadas de liberdade.

Os dados oficiais nos mostram o imenso desafio da política penitenciária nacional para que possa garantir um cumprimento de pena dentro dos preceitos legais, bem como garanta acesso dessa população a importantes políticas públicas como a da educação e seus mecanismos jurídicos correlatos a recomendação nº 44/2013 do CNJ que possibilita não só a formação de leitores na Educação de Jovens e Adultos, mas pode ser um caminho para amenizar a superpopulação carcerária, na medida em que sua efetivação possibilita diminuição das penas impostas pela justiça aos detentos.

No Brasil, segundo dados do Infopen/2014, mais de 60% da população carcerária possui o perfil racial composto por Negros/Pretos ou Pardos, além de mais de 55% ter entre 18 e 29 anos, ou seja, dentro da faixa classificada pelo estatuto da juventude como sendo jovem, já entre 30 e 34 anos temos 18,93%. Os dados mostram ainda que população de Jovens, em situação de privação de

liberdade, está bem acima da média nacional que é de 18,9% como podemos observar no gráfico abaixo.

**Gráfico 2 – Distribuição por faixa etária no sistema prisional e na população brasileira**



Fonte: Infopen/Ministério da Justiça (2016). PNAD (2014)

O gráfico chama atenção para a composição majoritária de jovens dentro do perfil das pessoas em situação de privação de liberdade no Brasil, sendo composta por 55% de pessoas entre 18 e 29 anos, enquanto que para população brasileira esse índice é de pouco mais de 18%, o que nos remete a importância de se implementarem ações de educação nesses ambientes, e nessa perspectiva a EJA pode possibilitar a continuidade ou início do processo educativo para essas pessoas que algum momento e suas vidas praticaram crimes, mas que precisam ser ressocializadas.

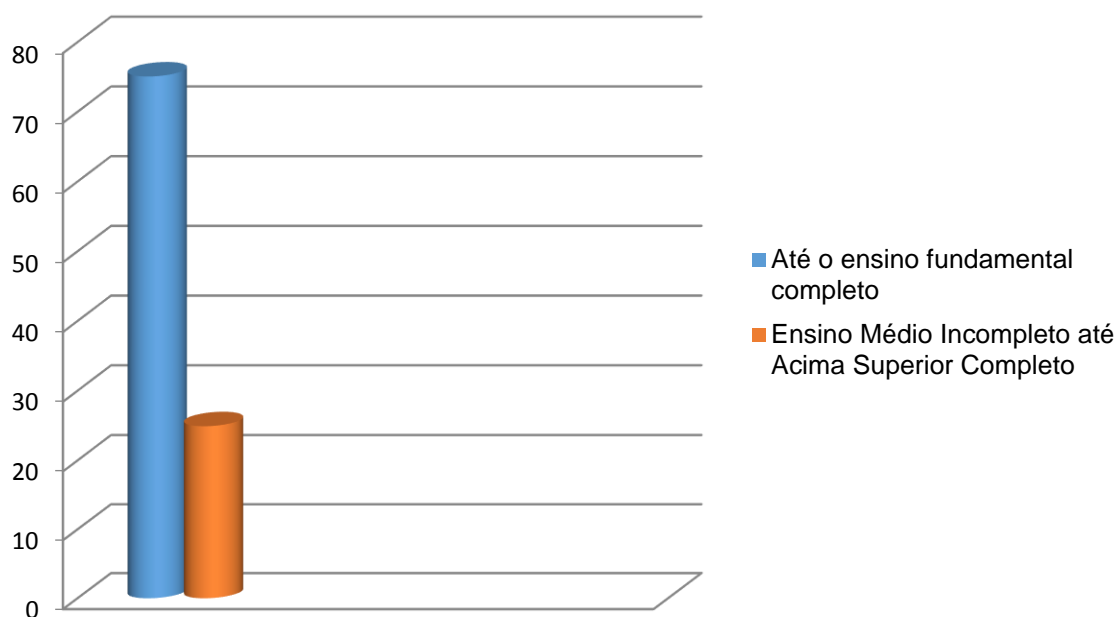
A realidade paraibana não é diferente, segundo dados do relatório do Infopen/2014 a população carcerária no Estado é de 10.450 pessoas em situação de privação de liberdade, além disso, os dados oficiais mostram que no que tange ao perfil racial, a população carcerária paraibana possui mais de 77% autodeclarados negros/pretos/pardos. O perfil etário mostra ainda que a maioria é composta por jovens entre 18 e 29 anos, ou seja, 62,7% enquanto que 37,24% são adultos como podemos observar no gráfico abaixo.

**Gráfico 3 – Distribuição por faixa etária no sistema prisional paraibano**

Fonte: Infopen/Ministério da Justiça (2016)

A literatura criminológica sugere aquilo que intuitivamente se sabe sobre a população prisional no Brasil: maior escolaridade é um forte fator protetivo. Manter os jovens na escola pelo menos até o término do fundamental pode ser uma das políticas de prevenção mais eficientes para redução da criminalidade e, por conseguinte, da população prisional. Pessoas analfabetas, alfabetizadas informalmente mais aquelas que têm até o ensino fundamental completo representam 75,08% da população prisional, contra 24,92% de pessoas com ensino médio completo ou incompleto, ensino superior completo ou incompleto e acima de ensino superior incompleto.

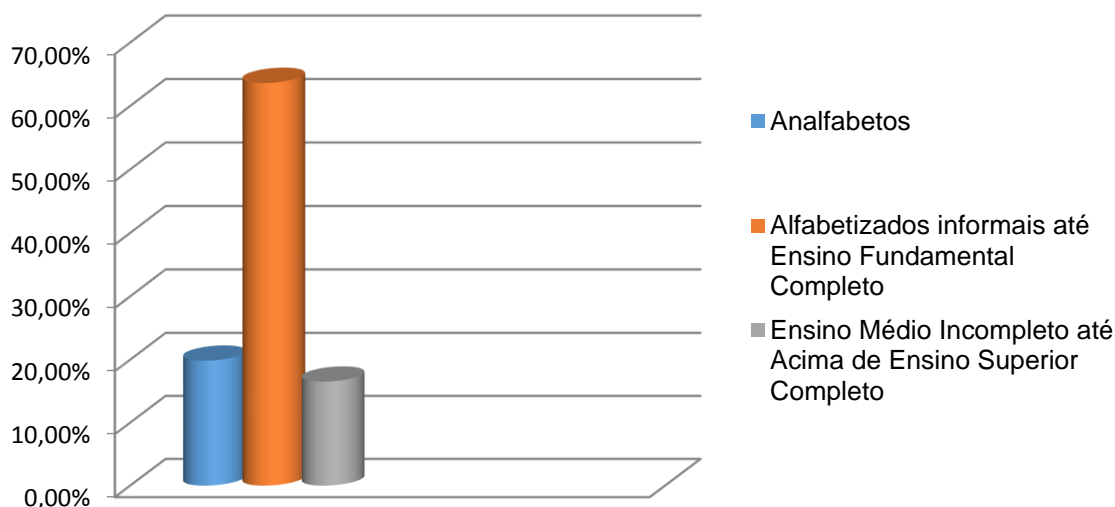
Segundo dados apresentados pelo IBGE no Censo Populacional de 2010, entre as pessoas com mais de 10 anos de idade no Brasil, 32% tem ensino médio completo, enquanto na população prisional em dezembro de 2014 apenas 9,54% havia concluído o ensino médio. No gráfico abaixo podemos perceber o grau instrução da população carcerária no Brasil.

**Gráfico 4 – Grau de instrução da população prisional no Brasil**

Fonte: Infopen/Ministério da Justiça (2016)

Percebemos no gráfico acima que a grande maioria da população privada de liberdade no Brasil tem até o ensino fundamental completo, enquanto que apenas pouco mais de 24% possui o ensino médio incompleto até o nível superior completo, o que confirma a necessidade de elevação dos níveis de escolaridade dessa população específica, como medida fundamental para o processo de reinserção social, pois como sabemos quanto maiores os níveis de escolaridade, maiores as chances de oportunidades no mercado de trabalho.

Na Paraíba a realidade é ainda mais alarmante, pois segundos os dados oficiais, 83,48% da população em privação de liberdade têm até o ensino fundamental completo, e quase 20% são analfabetos, ou seja, não possuem as competências necessárias de leitura e escrita plenas, como podemos observar no gráfico abaixo.

**Gráfico 5 – Grau de instrução da população prisional na Paraíba**

Fonte: Infopen/Ministério da Justiça (2016).

## 5.2 A PENITENCIÁRIA DE SEGURANÇA MÁXIMA CRIMINALISTA GERALDO BELTRÃO: a Leitura na Educação de Jovens e Adultos como possibilidade de remição e ressocialização

A Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão está localizada no bairro de Mangabeira na Capital Paraibana, e segundo dados da Direção local contava com uma população de 247 apenados no fechamento do mês de Maio do corrente ano, todos em cumprimento de pena em regime fechado. A unidade dispõe de duas salas de aula destinadas a Educação de Jovens e Adultos nos mais diversos segmentos, estando atualmente com 72 detentos matriculados.

A unidade escolar da Penitenciária funciona em dois turnos, sendo a manhã destinada às aulas dos ensinos fundamental I e II e a tarde ao Ensino Médio. Com relação ao projeto de remição pela leitura dos 72 estudantes, 10 participam da oficina de leitura. Durante o mês de Maio do corrente ano foram trabalhadas as seguintes obras:

- “Dez Leis para ser Feliz” (CURY, Augusto). Ed. Sextante, 2003.
- “Dom Casmurro” (ASSIS, Machado de). Ed. FTD, 1999.

### **5.2.1 Processo de aquisição da leitura e escrita: uma análise das resenhas escritas por detentos do sistema penitenciário**

De acordo com Ferreiro e Teberosky (2008), a escrita é uma forma de representar aquilo que é funcionalmente significativo, estabelecendo um sistema de regras próprias. Para se aprender a escrever o indivíduo necessita conhecer o sistema de regras da escrita e esse conhecimento acontece de forma gradual, e exige do sujeito uma reflexão a respeito das características gerais da escrita.

Assim sua aplicação se fundamenta no pressuposto de que a escrita é uma construção real como sistema de representação historicamente acumulada pela humanidade, e pela criança/adulto que se alfabetiza, embora não reinvente as letras e os números.

Segundo Ferreiro e Teberosky (2008), aquele que aprende geralmente percorre o seguinte caminho até chegar ao nível de aprendizado desejável para ser considerado leitor e escritor.

- 1- Fase Pré-silábica;
- 2- Fase silábica;
- 3- Fase silábico-alfabética;
- 4- Fase alfabética;
- 5- Fase ortográfica

As características para cada fase acima descrita podem ser resumida da seguinte forma:

#### **1- Fase Pré – silábica**

- Sabe que a escrita é uma forma de representação;
- Podem usar letras ou pseudoletas, garatujas, números;
- Não compreende que a escrita é a representação da fala;
- Organiza as letras em quantidade (mínimo e máximo de letras para ler);
- Vai direto para o significado, sem passar para sonora;
- Variação de letras – BLSIK (elefante);
- Relaciona o tamanho da palavra com o tamanho do objeto (Realismo Nominal).

## 2- Fase silábica

Esta fase desdobra-se em duas:

A) Silábica Sem valor sonoro:

- Ainda não faz relação do som com a grafia da letra que utiliza;
- A escrita ainda não é percebida como representação da fala;
- Usa uma letra para representar cada sílaba, sem se preocupar com o valor sonoro.

Exemplos:

MACACO \_\_ BPS

CAVALO \_\_ BUP

B) Silábica Com valor sonoro:

- A escrita começa a representar a fala;
- Percebe a relação de som com a grafia;
- Escreve uma letra para cada sílaba.

Exemplos.:

PATO \_\_ AO ( valor sonoro só nas vogais )

PATO \_\_ PT ( só usa consoantes )

## 3- Fase silábica-alfabética

- Apresenta escrita algumas vezes com sílabas completas e outras incompletas;
- Alterna escrita silábica com alfabética.

Exemplos:

CAMELO \_\_\_\_\_ CAMU

TOMATE \_\_\_\_\_ TOMT

#### 4 - Fase alfabética

- Faz a correspondência entre fonemas (som) e grafemas (letras);
- Ainda não domina as normas ortográficas da língua;
- Escreve como fala.

Exemplos.:

CAMELO \_\_\_\_\_ KAMELU

TOMATE \_\_\_\_\_ TUMATI

#### 5 - Fase ortográfica

- Faz a correspondência entre letras e grafemas da língua;
- Amplia o conhecimento sobre as normas ortográficas;
- Faz a correção do seu próprio texto.

Exemplos:

JARDIN \_\_\_\_\_ JARDIM

CORREO \_\_\_\_ CORREIO

CABESA \_\_\_\_\_ CABEÇA

ISO \_\_\_\_\_ ISSO

Por outro lado o analfabeto adulto, assim como as crianças sabem, mesmo antes de vir para a escola, que a escrita é um sistema de representação e fazem hipóteses de como se dá tal representação. Entretanto, verifica-se que

Diferente das crianças, começamos a observar que o analfabetizando (sic) **adulto já superou o nível Pré-silábico**. Ele tem muito claro que se escreve com letras e qual a função social da escrita, mas esta é uma observação ainda prematura (FUCK, 1994, p. 40) (Grifo nosso).

Ocorrência esta que Ferreiro (1983) já havia notado, quando observa que, enquanto é muito fácil conseguir de uma criança pré-alfabetizada produções escritas, no adulto analfabeto a “consciência de não saber” é muito forte e ele se sente incapaz de tentar escrever.



Ferreiro e Teberosky (2008) desenvolvem também aspectos propriamente linguísticos da Psicogênese da língua escrita, quando descrevem o aprendiz formulando hipóteses a respeito do código, percorrendo um caminho que pode ser representado nos níveis **Pré-silábico, silábico, silábico-alfabético, alfabético e ortográfico**.

Essa construção demonstra que a pesquisa, segue uma linha regular, organizada em três grandes períodos: 1º) o da distinção entre o modo de representação icônica (imagens) ou não icônica (letras, números, sinais); 2º) o da construção de formas de diferenciação, controle progressivo das variações sobre o eixo qualitativo (variedade de grafias) e o eixo quantitativo (quantidade de grafias). Esses dois períodos configuram a fase Pré-linguística ou Pré-silábica; 3º) o da fonetização da escrita, quando aparecem suas atribuições de sonorização, iniciado pelo período silábico e terminando no alfabético.

No nível Pré-silábico, em um primeiro momento, o aprendiz pensa que pode escrever com desenhos, rabiscos, letras ou outros sinais gráficos, imaginando que a palavra assim inscrita representa a coisa a que se refere.

Há um avanço, quando se percebe que a palavra escrita representa não a coisa diretamente, mas o nome da coisa. Ao aprender as letras que compõem o próprio nome, o aprendiz percebe que se escreve com letras que são diferentes de desenhos.

Entretanto, ainda neste nível, mesmo após tomar consciência de que se escreve com letras, o aprendiz tenderá a grafar um número de letras, indiscriminado, sem antecipar quantos e quais caracteres precisará usar para registrar palavras. Por exemplo, quando o professor pedir que escreva gato, poderá escrever RARDICO, normalmente limitando-se a usar apenas um pequeno inventário de letras, como as de seu nome (RICARDO, por ex.), sem correspondência sonora alguma.

Somente quando for questionado sobre a quantidade de vezes que abrimos a boca para pronunciar determinada palavra é que o aluno começará a antecipar a quantidade de letras que deverá registrar para escrever. Neste momento, o aluno avança para o próximo nível de escrita, o silábico, sem valor sonoro, pois de início, grafará uma letra para cada sílaba, entretanto, seu registro não terá correspondência sonora. Para a palavra BONECA, poderá grafar IOD, por exemplo.

Assim, a passagem para o nível silábico é feita com atividades de vinculação do discurso oral com o texto escrito, da palavra escrita com a palavra falada. O

aprendiz descobre que a palavra escrita representa a palavra falada, acredita que basta grafar uma letra para poder pronunciar uma sílaba oral, mas só entrará para o nível silábico, com correspondência sonora, à medida que seus registros apresentarem esta relação, por exemplo, para MENINO grafar, MIO (M=me, I=ni, O=no), para GATO, GO (G=ga, O=to), BEA (B=bo, E=ne, A=ca) para BO-NE-CA, e assim por diante.

É comum, principalmente entre as crianças, encontrarmos alunos que parecem “comer letras” ou usar mais letras do que as palavras requerem. Entretanto, os adultos reconhecem como palavras, combinações de letras e sílabas com algum significado e que se distinguem dos desenhos. Sabem que o alfabeto não basta, para ler e escrever. Muitos o sabem de cor, inclusive com o valor fonético das letras, mas não conseguem combiná-las. Isto pode implicar condutas diferenciadas na orientação de crianças que aceitam bem a didática do nível Pré-silábico, e de adultos que preferem segmentos maiores com significação, caminhando da palavra para a análise das famílias silábicas.

Assim, diferentemente dos adultos, as crianças parecem passar pelas fases Pré-silábica e silábica, atingindo finalmente a alfabética. Nesse nível alfabético, o aprendiz analisa na palavra suas vogais e consoantes. Acredita que as palavras escritas devem representar as palavras faladas, com correspondência absoluta de letras e sons. Já estão alfabetizados, porém terão conflitos sérios, ao comparar sua escrita alfabética e espontânea com a escrita ortográfica, em que se fala de um jeito e se escreve de outro.

### **5.2.2 Análise das resenhas escritas por detentos do sistema penitenciário paraibano: aquisição da leitura e da escrita?**

A seguir faremos uma breve análise de todas as resenhas escritas pelos detentos que participam do projeto de remição pela leitura no âmbito da EJA da escola da Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão. O intuito é identificar se houve aquisição da leitura e da escrita, para isso utilizaremos dos conceitos presentes na teoria das autoras Ferreiro e Teberosky (2008), discutida anteriormente.

A obra que foi trabalhada durante o período da pesquisa é intitulada “*Dez Leis para ser Feliz*” do escritor Augusto Cury e publicada pela editora Sextante em 2003.

Figura 1 – Resenha sobre o Livro “Dez Leis para ser Feliz” (Augusto Cury)



GOVERNO  
DA PARAÍBA

VEP – Varas de Execuções Penais

SEAP – Secretaria de Estado da Administração Penitenciária

SEE – Secretaria do Estado de Educação

C 01

Unidade Prisional: Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão

Nome:

Data: 6

Livro:

2003

### Redação sobre o livro lido

(Escreva uma redação sobre o livro com no mínimo 10 linhas e no máximo 30 linhas)

1 LIVRO DEZ LEIS PARA SER FELIZ DE AUGUSTO  
2 CURY, O QUE EU PUDE ENTENDER É QUE PODEMOS  
3 VER QUE A ANSIEDADE E A DEPRESSÃO FAZEM NÓS  
4 PERDER O SONO. OLHANDO PORÉM, LADO VEMOS QUE  
5 NOSSO CORPO FÍSICO FICA DEBILITADO E ENCAPAIZ  
6 DE SI COMO VEM. PODEMOS VER QUE COM O DINHEIRO  
7 NÓS PODEMOS COMPRAR COMIDA MAS NÃO O APETITE  
8 PODEMOS COMPRAR TUDO PARA UMA MULHER MAS  
9 NÃO PODEMOS COMPRAR O AMOR DELA. PODEMOS  
10 COMPRAR REMÉDIO MAS NÃO A SAÚDE. PODEMOS  
11 VER NESSE LIVRO QUE O ALTO AUGUSTO CURY  
12 ELE NOS DÁ DEZ LEIS PARA SER FELIZ? MAS  
13 O QUE IMPORTA É SABER QUE SEM JESUS CRISTO  
14 É IMPOSSÍVEL VOCE SER FELIZ, VOCE É EU  
15 SÓ VIVEMOS POR QUE UM DIA JESUS MORREU  
16 POR NÓS NA CRUZ. ESSE LIVRO NOS FAZ ENTENDER  
17 QUE AUGUSTO CURY NOS MOSTRA COMO DEVEMOS  
18 ENCONTRAR AMOR PAZ ALEGRIA E FELICIDADE EM  
19 DEUS, POR QUE SEM DEUS NÓS NÃO SOMOS NADA  
20 EU TAMBÉM PUDIA ENTENDER QUE O TRABALHO  
21 QUANDO É DIFÍCIL ELE ESGOTA TODO NOSSO CORPO  
22 QUANDO PASSAMOS A TRABALHAR MUITO ESQUECEMOS  
23 DE JESUS DA NOSSA VIDA ESQUECEMOS DO MUNDO  
24 EU PUDIA COMPREENDER QUE UMA BOA ALIMENTAÇÃO  
25 É UM BOM EXERCÍCIO FÍSICO NOSSO CORPO  
26 DORMIR BEM E PASSAMOS A TER AMOR PELAS  
27 PESSOAS E PELA NOSSA FAMÍLIA? NESTE LIVRO  
28 AUGUSTO CURY NOS MOSTRA QUE ESSAS DEZ LEIS  
29 PARA SER FELIZ É FUNDAMENTAL EM NOSSA VIDA  
30 PORISSE EU DIGO O AMOR É TUDO DE BOM

Competências		0,0	0,5	1,0	1,5	2,0	Observações
1.	Domínio da modalidade escrita formal						
2.	Compreensão do livro						
3.	Ordenação lógica de fatos e argumentos						
4.	Coesão entre períodos e parágrafos						
5.	Texto claro						
Total:							Nota:

Fonte: acervo de resenhas da Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão, João Pessoa/PB

Analisando a construção da resenha escrita pelo aluno, percebemos que foi realizada sem utilização de parágrafos, porém fazendo uso lógico da representação do ponto final, que representa a pausa máxima da voz, nos remetendo que o aluno compreende a estrutura lógica do que está escrito, tendo construído as competências da aquisição da leitura e da escrita.

Inicialmente é importante frisar que os adultos, de uma forma geral, já superaram o nível pré-silábico, pois tem de forma muito clara qual a função social da escrita, além disso, Ferreiro (1991, p.47) afirma que “a alfabetização não é um estado ao qual se chega, mas um processo cujo início é na maioria dos casos anterior a escola é que não termina ao finalizar a escola primária”.

A autora defende que, de todos os grupos populacionais as crianças são as mais facilmente alfabetizáveis e estão em processo contínuo de aprendizagem, enquanto que os adultos já fixaram formas de ação e de conhecimento mais difíceis de modificar.

Percebemos que apesar de ter superado a fase pré-silábica, seu texto possui algumas características do nível de aprendizagem da fase silábica, que de acordo com as autoras Ferreiro e Teberosky (2008) nesse nível o aluno escreve do jeito que fala, ocultando letras quando mistura a hipótese alfabética e silábica, apresentando dificuldades e problemas ortográficos. Observamos essas características nas seguintes palavras escritas pelo aluno:

- *Poresi* (por esse);
- *Dimas* (Demais);
- *Exercio* (Exercício);
- *Aptitir* (Apetite)
- *Poriso* (Por isso)
- *Deplesão* (Depressão)

De uma forma geral o aluno, apesar das construções de algumas palavras de forma equivocada considerando a norma culta da língua e da escrita convencional, passou por um processo de aquisição e apropriação da cultura letrada que o classifica de uma forma geral segundo os níveis de aprendizagem da teoria de Ferreiro e Teberosky (2008) como sendo **alfabética**, como podemos observar na construção das seguintes frases:

- “*O que eu pude entender e que podemos ver que a anciedade e a deplesão fazem nós perder o sono.*”;


- *“Esse livro nós faz entender que Augusto Curi nós mostra como devemos encontrar amor paz alegria e felicidade em Deus.”*

- *“(...) ele esgota todo nosso corpo quando passamos a trabalhar muito esquecemos de Jesus na nossa vida esquecemos do mundo.”*



Figura 2 – Resenha sobre o Livro “Dez Leis para ser Feliz” (Augusto Cury)

C 1



**GOVERNO DA PARAÍBA**

VEP – Varas de Execuções Penais  
SEAP – Secretaria de Estado da Administração Penitenciária  
SEE – Secretaria do Estado de Educação

Unidade Prisional: Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão

Nome: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Livro: \_\_\_\_\_

**Redação sobre o livro lido**

(Escreva uma redação sobre o livro com no mínimo 10 linhas e no máximo 30 linhas)

1	VIVENCIAR O SER FELIZ
2	
3	A OBRA REMETE A TODO TEMPO CONDIÇÕES, AÇÕES E COMPORTAMENTOS
4	QUE AO LONGO DA VIDA PROVAVELMENTE HÃO DE PROPORCIONAR A TODOS A VERDADEIRA
5	FELICIDADE. POUCAS PESSOAS POR MAIS BEM SUCCEDIDAS QUE SEJAM VIVEM
6	INFELIZES E SABE-SE MUITO BEM QUE VERDADEIRAMENTE PARA SER FELIZ ATÉ MES-
7	MO SEM FAMA E SEM RIQUEZAS SE VIVE.
8	A PRINCÍPIO FALA-SE EM CONTEMPLAR AS MARAVILHAS QUE EXISTEM NO MUN-
9	DO EM QUE VIVEMOS E PRINCIPALMENTE AS QUE DEUS NOS CONDIÇÃOA E NÃO
10	SABEMOS APROVEITA-LAS. CONTEMPLAR MOMENTOS É TORNÁ-LOS DISTINTOS DE UM
11	COTIDIANO QUE MUITOS HOJE FAZEM COMO SE FOSSEM REGRAS. FUGIR DAS FORMALI-
12	DADES, DOS COMPROMISSOS SEM DEIXÁ-LOS DE LADO É FUNDAMENTAL PA-
13	RA APROVEITAR O TEMPO SEM DESPERDIÇÁ-LO. TRANSFORMAR TEMPO EM LAZER, SER
14	ESPONTÂNEO A TODO MOMENTO, SER SÚTIL, SORRIR, FAZER GENTILEZAS, ENFIM PRA-
15	TICAR TODO AQUILO QUE NOS FAZ SENTIR E TER CERTEZA QUE EFETIVAMENTE SE
16	É FELIZ. É VÁLIDO TAMBÉM FALAR QUE PSICOLÓGICO E EMOCIONALMENTE DEVEMOS
17	DESENVOLVER CERTA RESILIÊNCIA PARA QUE JAMAIS POSSAMOS CAIR EM DESESPÉRIO
18	COM O PRÓPRIO EU, PRINCIPALMENTE EM MOMENTOS DIFÍCEIS, DE FRACASSOS, PERDAS
19	E FRUSTRAÇÕES. RESILIÊNCIA SUFICIENTE PARA NOS REESTABELECE RÁPIDAMENTE E
20	VOLTARMOS AO VERDADEIRO ESTADO DE FELICIDADE QUE ALMEJAMOS SER PERMANENTE
21	DENTRO DO NOSSO SER.
22	FINALMENTE RESUMO AFIRMANDO QUE, SE QUISERMOS SER FELIZ TEMOS
23	QUE A TODO MOMENTO E TODOS OS DIAS EM NOSSAS VIDAS DEIXAR DE LADO,
24	ABRIR MÃO, RELEVAR, PASSAR POR CIMA E FAZER VISTA GROSSA SOBRE TUDO AQUI-
25	LO QUE NÃO NOS FAZ SORRIR COM SINCERIDADE E SIM PRATICAR, EXERCER,
26	TRANSMITIR, EXTERNAR E CONDIÇÃOAR A SI PRÓPRIO E AO SEU PRÓXIMO
27	TUDO AQUILO QUE RECONHECIDAMENTE NOS FAZ SENTIRMO-NOS FELIZES.
28	
29	
30	

Competências		0,0	0,5	1,0	1,5	2,0	Observações
1.	Domínio da modalidade escrita formal						
2.	Compreensão do livro						
3.	Ordenação lógica de fatos e argumentos						
4.	Coesão entre períodos e parágrafos						
5.	Texto claro						
Total:							Nota:

Fonte: acervo de resenhas da Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão, João Pessoa/PB

Na segunda resenha analisada percebemos que o detento realiza uma construção de forma bastante estruturada, através de parágrafos, com pontuação, acentuação, coesão e coerência entre as partes do texto escrito dentro da norma culta. Não percebi erros ortográficos no decurso da construção escrita, apenas um erro de concordância verbo-nominal como podemos observar no seguinte fragmento: *“Finalmente resumo afirmando que, se **quisermos ser feliz** temos a todo (...).”*

Dessa forma de acordo com Ferreiro e Teberosky (2008) o aluno encontra-se no nível de aprendizagem da fase **ortográfica**, em que aluno permanece em continua construção, aonde vamos adquirindo e dominando as irregularidades da língua no decorrer da vida, como podemos perceber através dos seguintes trechos da resenha:

- *“A princípio fala-se em contemplar as maravilhas que existem no mundo em que vivemos e principalmente as que Deus nos condiciona e não sabemos aproveitá-las.”;*
- *“ A obra remete a todo tempo condições, ações e comportamentos que ao longo da vida provavelmente hão de proporcionar a todos a verdadeira felicidade.”;*
- *“Contemplar momentos é torna-los distintos de um cotidiano que muitos hoje fazem como se fossem regras.”*

Figura 3 – Resenha sobre o Livro “Dez Leis para ser Feliz” (Augusto Cury)



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

VEP – Varas de Execuções Penais

SEAP – Secretaria de Estado da Administração Penitenciária

SEE – Secretaria do Estado de Educação

C 01

Unidade Prisional: Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão

Nome: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Livro: \_\_\_\_\_

### Redação sobre o livro lido

(Escreva uma redação sobre o livro com no mínimo 10 linhas e no máximo 30 linhas)

1	"Como conquistar aquilo que o dinheiro não compra"
2	O dinheiro no mundo em que vivemos os nega
3	de torna-se um elemento de água, onde mora o rico
4	e pobre, mas a pessoa rica não esta livre de inveja
5	deceções amorosas, intrigas, brigas, doenças, doenças de
6	o mundo observamos que muitas pessoas como
7	nos, chaves de dinheiro mas não pessoas infelizes, pe
8	nao a simplicidade que existe nela se enche como
9	chama em terra boa, e nisso se torna pessoas infel
10	ceitas, muitas vezes pessoas estudadas ganharam di
11	mas, mas não sabem para a vida, o dinheiro se
12	de comprar o poder, mas o poder não torna uma
13	vida feliz, os ricos não conseguem controlar suas emo
14	ções, mas é na interior, que adianta ter dinheiro
15	esta cercado por pessoas que não sabem o que não
16	tem financeiramente, mas não conseguem uma amiga
17	de verdade, não tem paz de espírito.
18	Existem pessoas que não infelizes porque acham
19	que a vida se tem aqui se de fato que eles vivem, eu
20	no meu entendimento descobri que não há motivo para
21	uma pessoa alcançar a verdadeira felicidade, primeiro de
22	que tudo amar a Deus não todos os coisas, fazer e
23	tem no próximo é amar todos independentemente de cor, raça,
24	ou classe social, que não adianta ser um milionário
25	é pobre de espírito, temer que adianta tudo que se
26	criador nos deu aqui na terra, jáo uma análise
27	da sua vida não se acha uma pessoa feliz ou não
28	? se não sabe mudar, pois nem tudo o dinheiro pode
29	comprar.
30	

Competências		0,0	0,5	1,0	1,5	2,0	Observações
1.	Domínio da modalidade escrita formal						
2.	Compreensão do livro						
3.	Ordenação lógica de fatos e argumentos						
4.	Coesão entre períodos e parágrafos						
5.	Texto claro						
Total:							Nota:

Fonte: acervo de resenhas da Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão, João Pessoa/PB



A terceira resenha apresenta-se organizada através de parágrafos, coerentes e coesos, apresenta também algumas palavras grafadas de forma equivocada considerando o aspecto ortográfico da língua, como podemos observar a seguir:

- *ceca* (seca);
- *incenciveis* (insensíveis);
- *rasões* (razões);
- *esister* (existe)

Porém percebemos que houve aquisição da leitura e da escrita, estando o aluno no nível de aprendizagem **ortográfico** de acordo com a teoria de Ferreiro e Teberosky (2008), como podemos perceber nos seguintes trechos:

- *“O dinheiro no mundo que vivemos as vezes ele torna-se um divisor de aguas, onde separa o rico e o pobre (...)”;*
- *“No mundo observamos que muitas pessoas infelizes, porque a simplicidade que existe nela se evapora (...)”;*
- *“(...) fazer o bem ao próximo é amar todos independente de cor, raça ou classe social (...).*

Figura 4 – Resenha sobre o Livro “Dez Leis para ser Feliz” (Augusto Cury)



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

VEP – Varas de Execuções Penais

SEAP – Secretaria de Estado da Administração Penitenciária

SEE – Secretaria do Estado de Educação

Unidade Prisional: Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão

Nome: \_\_\_\_\_

Data: 8 \_\_\_\_\_

Livro: \_\_\_\_\_

#### Redação sobre o livro lido

(Escreva uma redação sobre o livro com no mínimo 10 linhas e no máximo 30 linhas)

1	DIARIAMENTE FAZEMOS COISAS PARA COMEÇAR
2	VERDADEIRA FELICIDADE TRABALHAMOS EM BUSCA
3	DISSO FAZEMOS TUDO PARA ALCANÇAR A VERDADEIRA
4	FELICIDADE ENFUNDADO DISSO PASSEAMOS POR CIMA DE
5	MUITAS COISAS QUE TANTO VALERAM A
6	PARTEIRIA FÉCIDA DE BRIGAMOS COM AMIGO COM
7	FAMÍLIA COM OS PROXIMOS ENFIM TUDO NECESSÁRIO
8	PARA TRÁS POR CIMA DESSA TAL FELICIDADE
9	A REAL INTENÇÃO AUTO FAZEMOS COM
10	QUE NOS ENXERQUE NOS AS FALHAS E FRACASSOS
11	E CONSCIENTEMENTE PÁCAMOS TUDO PARA VENCER
12	ESSAS CONTRADIÇÕES E A PARTIR DAÍ
13	POSSAMOS ALCANÇAR A FELICIDADE
14	O LIVRO ENSINA A CONVERTER TUDO QUE É
15	NEGATIVO EM COISAS POSITIVAS, ENSINA A BUSCAR
16	ALTERNATIVA MIARIA MENTE PARA SE VIVER BEM
17	FALA DE SAÚDE DE EMOÇÕES DE FAMÍLIA E OUTRAS
18	COISAS MAIS QUE BE TRABALHAMOS CONSCIENTEMENTE
19	TERMINAMOS EM UMA VIDA FELIZ
20	POR CIMA DISSO TUDO CHEGA-SE A CONCLUSÃO
21	DE QUE TODAS AS PESSOAS SÃO AS VERDADEIRAS
22	QUE FOMOS POR SEREM IN FELIZES AS VEZES. É ASSA
23	QUE CADA UM ENXERQUE A COISAS BOMAS QUE NOS
24	FAZEM TANTO POSSUÍMOS COMO PÁCAMOS EM
25	BUSCA DE SUPERAR PRÁTICA A FELICIDADE E
26	ENFIM PODER VIVER SEM MEDO DE ERRAR
27	
28	
29	
30	

Competências		0,0	0,5	1,0	1,5	2,0	Observações
1.	Domínio da modalidade escrita formal						
2.	Compreensão do livro						
3.	Ordenação lógica de fatos e argumentos						
4.	Coesão entre períodos e parágrafos						
5.	Texto claro						
Total:							

Fonte: acervo de resenhas da Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão, João Pessoa/PB

A quarta resenha apresenta algumas palavras grafadas de forma equivocada, considerando a norma culta da língua como podemos destacar a seguir:

- *En* (em);
- *Fazenos* (Fazemos);
- *Enfin* (Enfim);
- *Paçamos* (Passamos);
- *Veses* (Vezes)

Considerando as palavras acima encontramos características da fase **alfabética**, pois de acordo com Ferreiro e Teberosky (2008) na construção da escrita o aluno não domina plenamente a ortografia, porém fazendo uso de fonemas e grafemas correspondentes como destacamos nos seguintes fragmentos do texto escrito:

- “*Basta que cada **un** enxergue a coisas ruins que nos **rodeim tone** posições contrarias (...)*”;

- “*Diariamente fazemos coisas para conquistar verdadeira felicidade trabalhamos **en** busca disso (...)*”;

- “*Por causa disso tudo chega-se a conclusão ne que todas as pessoas são os verdadeiras culpados (...)*”



Figura 5 – Resenha sobre o Livro “Dez Leis para ser Feliz” (Augusto Cury)



VEP – Varas de Execuções Penais  
SEAP – Secretaria de Estado da Administração Penitenciária  
SEE – Secretaria do Estado de Educação

Unidade Prisional: Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão

Nome:

Data: 2

Livro: 13

#### Redação sobre o livro lido

(Escreva uma redação sobre o livro com no mínimo 10 linhas e no máximo 30 linhas)

1	Compreendo o Conteúdo
2	
3	Com um livro parecido tive a conclusão
4	que para ser feliz é ter assim uma vida boa
5	saúde e um trabalho muito de um bom
6	estudo.
7	Para que assim eu tenha propósitos para
8	minha melhoria de vida com bom comporta
9	mento físico e espiritual de tudo de um bom
10	modo de vida.
11	Apreendo a desenvolver a mente. <u>Ita estim</u>
12	meu comportamento social para que assim eu ve
13	nia a ser um homem inteligente em meio as
14	diversas dificuldades que nos rodeia.
15	Compreendo também que mesmo sendo um pe
16	queno não posso ser um grande inteli
17	gent. Mas com a saúde.
18	No entanto a minha mente está aberta em
19	compreendo também que mesmo sendo pequeno
20	que posso trabalhar em prol de meus obje
21	tivos como aprender a ser alguém mesmo que
22	pequeno.
23	Agora sei que as dificuldades, as fragilidades
24	as doenças, as faltas de educação e espiritualidade
25	não são para mim um grande problema pois a partir
26	depois que li este livro passei a conhecer o meu
27	eu com grande expectativa de vitória.
28	Com minha família e minha sociedade etc.
29	O amor a mim mesmo e também a meu pro
30	prio. De desenvolver para mim assim compreendo que posso
	interagir para ser alguém.

Competências		0,0	0,5	1,0	1,5	2,0	Observações
1.	Domínio da modalidade escrita formal						
2.	Compreensão do livro						
3.	Ordenação lógica de fatos e argumentos						
4.	Coesão entre períodos e parágrafos						
5.	Texto claro						

Fonte: acervo de resenhas da Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão, João Pessoa/PB

Na quinta resenha percebemos que o aluno organiza o texto em parágrafos, há uma correspondência entre eles de forma coerente e coesa, além disso, encontramos poucos erros ortográficos, porém com correspondência de grafemas e fonemas como podemos observar nas seguintes palavras:

- *Alto estima* (Autoestima);

- *Pra* (Para)

De acordo com Ferreiro e Teberosky (2008) o aluno precisa entender que a língua possui suas irregularidades e que continuamente necessitamos de estar em busca de dominar cada vez mais essas irregularidades. Dessa forma considerando a resenha escrita a classificamos no nível **ortográfico** como podemos perceber nas seguintes construções escritas:

- “*Bom em meu perceber tive a conclusão que para ser feliz e ter assim uma vida boa e saudável eu necessito muito de um bom estudo.*”;

- “*Para que assim eu venha proporcionar para minha melhora de vida um bom comportamento físico e espiritual dentro de um universo sábio.*”



Figura 6 – Resenha sobre o Livro “Dez Leis para ser Feliz” (Augusto Cury)



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

VEP – Varas de Execuções Penais

SEAP – Secretaria de Estado da Administração Penitenciária

SEE – Secretaria do Estado de Educação

C 01

Unidade Prisional: Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão

Nome: \_\_\_\_\_

Data: 2

Livro: \_\_\_\_\_

2003

**Redação sobre o livro lido**

(Escreva uma redação sobre o livro com no mínimo 10 linhas e no máximo 30 linhas)

1	<u>VIVER A VIDA MAS FELIZ:</u>
2	um show de vida um espetáculo de felicidade
3	PODEMOS COMEÇAR O QUE É A FELICIDADE MUITO
4	acham que pra ser feliz, temos que ter tudo na vida
5	e nunca ter problemas, na real ser feliz é superar todos
6	os problemas que ainda nos aborça apesar, já me
7	defeitos e sempre souber com dois olhos mesmo
8	Sabendo que ainda dá tempo que enfrentar muitos
9	problemas, como doenças, e doenças do físico e da parte
10	todos os seres e conquistar o lado da felicidade
11	que tem dentro de cada um de nós e nunca sou
12	um homem de sua própria vida (abandonado) e
13	viver uma vida saudável, sem muito vício
14	mesmo cantando até para colocar um dia e sempre
15	preocupando com a família que tem dentro de nós
16	sempre a gente pelo negão e não para um momento ficando
17	nos estímulos a vida como um show de alegria e amor
18	tudo em nossa vida estávamos com uma grande alegria
19	e quando perdemos a alegria o lado da vida
20	de sempre o que me deixa mais feliz em fazer
21	quando me <u>em casa</u> e tudo isso que a vida é como
22	para não tudo isso bem quando perdemos um pouco
23	da alegria de perdemos um pouco tudo o que a vida
24	interioriza e ainda sem ser feliz, certo ser feliz e ter
25	o mundo a fazer o certo e fazer o que a vida me traz
26	hoje um show de felicidade. Porque não é só sabedoria
27	os bons momentos e fazer das coisas coisas que estão che
28	to de uma experiência de vida e fazer das coisas que
29	estão me fazendo uma vida feliz e sempre
30	to um espetáculo de felicidade e amor

Competências		0,0	0,5	1,0	1,5	2,0	Observações
1.	Domínio da modalidade escrita formal						
2.	Compreensão do livro						
3.	Ordenação lógica de fatos e argumentos						
4.	Coesão entre períodos e parágrafos						
5.	Texto claro						
Total:							Nota:

Fonte: acervo de resenhas da Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão, João Pessoa/PB

Analisando a construção da sexta resenha escrita, percebemos que foi realizada sem utilização de parágrafos, porém fazendo uso lógico da representação do ponto final, que representa a pausa máxima da voz, nos remetendo que o aluno compreende a estrutura lógica do que foi escrito, tendo construído as competências da aquisição da leitura e da escrita.

No decorrer da resenha escrita percebemos algumas palavras grafadas de forma inadequada, considerando a norma culta da língua, como podemos observar a seguir:

- *deichando* (deixando);
- *enchegamos* (enxergamos);

Fica claro nas palavras grafadas acima, que apesar de terem sido escritas utilizando-se de uma ortografia inadequada, o aluno faz correspondência de grafemas e fonemas, além disso, de uma forma geral o detento encontra-se no nível **ortográfico**, pois de acordo com as concepções de Ferreiro e Teberosky (2008) está em contínua construção, aonde vai adquirindo e dominando as irregularidades da língua no decorrer da vida.

A seguir destacamos algumas frases do texto que reforçam a classificação da escrita do detento no nível ortográfico, vejamos:

- “ *Um show de vida um espetáculo de felicidade poucas pessoas conhece o que é a felicidade muitas acham que pra ser feliz temos que ter tudo na vida (...)*”;
- “ *muitos acham que pra ser feliz temos que ter tudo na vida e nunca faltar nada na real ser feliz é superar todos obstáculos que a vida nos obriga a passar (...)*”



Figura 7 – Resenha sobre o Livro “Dom Casmurro” (Machado de Assis)



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

VEP – Varas de Execuções Penais

SEAP – Secretaria de Estado da Administração Penitenciária

SEE – Secretaria do Estado de Educação

Unidade Prisional: Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão

Nome: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Livro: \_\_\_\_\_

**Redação sobre o livro lido**

(Escreva uma redação sobre o livro com no mínimo 10 linhas e no máximo 30 linhas)

1	O ROMANCE INICIA-SE NUMA SITUAÇÃO POSTERIOR A
2	TOPOS OS SEUS ACONTECIMENTOS.
3	BENTO SANTIAGO JÁ UM HOMEM DE IDADE, CONTA AO
4	LEITOR COMO RECEBEU A ALCUNHA DE DOM CASMURRO.
5	A EXPRESSÃO FOI INVENTADA POR UM JOVEM IOLTA,
6	QUE TENTARA LER PARA ELE NO TREM ALGUM DE SEUS
7	VERSOS.
8	O NARRADOR INICIA ENTÃO O PROJETO DE REME-
9	MORAR SUA EXISTÊNCIA.
10	O LEITOR É APRESENTADO A INFÂNCIA DE BENTINHO,
11	QUANDO ELE VIVIA COM A FAMÍLIA NUM CASARÃO DA
12	RUA DE MATACAVALOS.
13	BENTINHO ECUTA UMA CONVERSA ENTRE JOSÉ DIAS
14	E DONA GLÓRIA, ELA PRETENDE MANDA-LO AO SEMI-
15	NÁRIO. NO SEMINÁRIO BENTINHO CONHECE EZEQUIEL
16	DE SOUZA ESCOBAR, QUE SE TORNA SEU MELHOR AMIGO.
17	ENQUANTO BENTINHO ESTUDA PARA SER PADRE, CAPITU
18	ESTRETA RELAÇÕES COM DONA GLÓRIA, QUE PASSA A VER
19	COM BONS OLHOS A RELAÇÃO DO FILHO COM A GAROTA.
20	BENTINHO VAI ESTUDAR DIREITO NO LARGO DE
21	SÃO FRANCISCO EM SÃO PAULO.
22	ENTÃO OCORRE O CASAMENTO DE BENTO E CAPITU.
23	ESCOBAR CASA COM SANCHÁ.
24	BENTO ENTRA EM CONFLITO COM SEU AMIGO, COM
25	PROBLEMAS FAMILIARES.
26	CAPITU MORRE NO EXTERIOR, EZEQUIEL MORRE DE
27	FEBRE TÍFIDE. O NARRADOR CONSTRÓI UMA CASA QUE LEM-
28	BRA SUA INFÂNCIA NA RUA DE MATACAVALOS.
29	
30	

Competências		0,0	0,5	1,0	1,5	2,0	Observações
1.	Domínio da modalidade escrita formal					X	
2.	Compreensão do livro					X	8,0
3.	Ordenação lógica de fatos e argumentos				X		
4.	Coesão entre períodos e parágrafos				X		
5.	Texto claro			X			
Total:							Nota: 8,0

Fonte: acervo de resenhas da Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão, João Pessoa/PB



Analisando a resenha acima, percebemos que o aluno tem um bom domínio da norma escrita, na medida em que comete poucos erros ortográficos com destaque para os seguintes:

- *Eculta* (Escuta);
- *Converça* (Conversa);
- *Constróie* (Constrói)
- *Esterior* (Exterior)

Nesse sentido segundo Ferreiro e Teberosky (2008) a escrita analisada nos leva a classificar o texto como sendo ortográfico. Nesse sentido destacamos as seguintes construções escritas observadas no texto do aluno:

- *“O Romance inicia-se numa situação posterior a todos os seus acontecimentos”;*
- *“Enquanto Bentinho estuda para ser padre, Capitu estreita relações com dina Glória, que passa a ver com bons olhos a relação do filho com a garota.”*

Figura 8 – Resenha sobre o Livro “Dez Leis para ser Feliz” (Augusto Cury)



VEP – Varas de Execuções Penais  
SEAP – Secretaria de Estado da Administração Penitenciária  
SEE – Secretaria do Estado de Educação

Unidade Prisional: Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão

Nome: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Livro: \_\_\_\_\_

R \_\_\_\_\_

### Redação sobre o livro lido

(Escreva uma redação sobre o livro com no mínimo 10 linhas e no máximo 30 linhas)

1 O autor "Augusto Cury" relata que  
2 quando aprendemos a conviver  
3 com nossas próprias dificuldades e  
4 dificuldades, seja de qual "for",  
5 vivemos uma vida mais feliz!  
6 Nas 10 leis para ser feliz, encontramos  
7 muitas soluções para algo  
8 que você já passou ou algo que ainda  
9 vai passar. Só quando todas  
10 as palavras têm significado na  
11 sua mente e você as faz parte de  
12 sua vida.  
13 Na vida e na 1ª primeira lei temos  
14 a contemplação da vida na nossa vida,  
15 onde a lei demonstra que não importa  
16 a situação da vida, só precisa ser feliz.  
17 Se você é uma pessoa que faz coisas  
18 fora da agenda, fazer coisas fora do  
19 agenda é o prazer de uma vida excelente.  
20 Exercícios físicos também são essenciais  
21 para uma vida feliz, os exercícios  
22 físicos liberam um excelente material.  
23 Exercícios e emoção é a ferramenta básica  
24 da inteligência multifuncional, e exercícios  
25 pensamentos e capacitar a lei para ser autor  
26 da nossa história, muitos merom em livros,  
27 mulheres, quem ficam de zona, pessoas distintas,  
28 dos gêneros polares. Nas 10 leis você igual  
29 ao meu sentimento achará soluções para  
30 muitos problemas sem resposta.

Competências		0,0	0,5	1,0	1,5	2,0	Observações
1.	Domínio da modalidade escrita formal						
2.	Compreensão do livro						
3.	Ordenação lógica de fatos e argumentos						
4.	Coesão entre períodos e parágrafos						
5.	Texto claro						
Total:							Nota:

Analisando a resenha acima, percebemos que o aluno comete alguns deslizes com relação a norma culta da língua, especialmente, ortográficos com destaque para seguintes palavras:

- *demonstra* (demonstra);
- *tanbem* (também);
- *matural* (natural)

Apensar de algumas construções escritas estarem em desacordo com a norma culta, classificamos o nível de desenvolvimento da linguagem como sendo **ortográfico**, pois segundo Ferreiro e Teberosky (2008) o processo de desenvolvimento da escrita está em contínua construção, aonde vai adquirindo e dominando as irregularidades da língua no decorrer da vida.

. Nesse sentido destacamos as seguintes construções escritas observadas no texto do aluno:

- “O *Romance* inicia-se numa situação posterior a todos os seus acontecimentos”;
- “Enquanto Bentinho estuda para ser padre, Capitu estreita relações com dona Glória, que passa a ver com bons olhos a relação do filho com a garota.”

Figura 9 – Resenha sobre o Livro “Dez Leis para ser Feliz” (Augusto Cury)



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

VEP – Varas de Execuções Penais

SEAP – Secretaria de Estado da Administração Penitenciária

SEE – Secretaria do Estado de Educação

Unidade Prisional: Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão

Nome: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_

Livro: \_\_\_\_\_

**Redação sobre o livro lido**

(Escreva uma redação sobre o livro com no mínimo 10 linhas e no máximo 30 linhas)

1	Vou contar a história de uma adolescente de 13 anos
2	que se chama Annabel, uma jovem de 1 metro e meio mas
3	que tem grandes problemas em casa. Se trata de uma
4	garota muito complicada e confusa que não sabe
5	lidar com seu irmão chamado Ben, que tem 6 anos
6	e que acha sua irmã Annabel um máximo.
7	Annabel tem um Pai super calmo ao contrário da sua
8	mãe que é bem durona. Certo dia Annabel acordou
9	e quando se olhou no espelho percebeu que virou sua
10	mãe. Pensando que se deu bem ela acha que
11	conseguiu se livrar das suas atividades de
12	adolescente mas ela arranja problemas bem
13	maiores do que ela imagina, tendo que lidar
14	com as responsabilidades de adulto sendo
15	sua mãe. Um dos problemas é lidar com todos
16	os problemas que os jovens tem depois quando
17	chega a independência.
18	Comer a ter vários problemas começando dentro
19	de casa com muitos deveres domésticos a
20	cumprir.
21	Annabel tem grandes aventuras e vários desvios
22	como, uma reunião na escola sobre os métodos e
23	comportamento da mesma e com quem ela pode
24	deixar o seu irmão Ben que é para ela ir pra
25	visita de um casal (os Frampton) que são clientes
26	do seu Pai que é o Senhor Andrews.
27	
28	
29	
30	

Competências		0,0	0,5	1,0	1,5	2,0	Observações
1.	Domínio da modalidade escrita formal					X	
2.	Compreensão do livro				X		
3.	Ordenação lógica de fatos e argumentos					X	
4.	Coesão entre períodos e parágrafos			X			
5.	Texto claro					X	

Fonte: acervo de resenhas da Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão, João Pessoa/PB



Na resenha acima observamos que o aluno possui bom domínio da linguagem escrita, ou seja, passou por um processo de aquisição da leitura e da escrita, que possibilita inferir ideias e estruturá-las de forma coerente e coesa. Apesar de cometer alguns deslizes com relação a grafia correta de algumas palavras como observamos a seguir:

- *Pençando* (Pensando);
- *adolecente* (adolescente);
- *Conportamento* (Comportamento)

Mesmo diante de alguns equívocos com relação a norma culta da língua, classificamos a resenha escrita pelo aluno, quanto ao nível de desenvolvimento da linguagem, como sendo ortográfico, pois de acordo com Ferreiro e Teberosky (2008) o aluno está em contínua construção, aonde vai adquirindo e dominando as irregularidades da língua no decorrer da vida. Destacamos ainda algumas construções escritas que reforçam a classificação nesse nível, vejamos:

- *“Annabel tem um pai super calmo ao contrário da sua mãe que é bem durona.”;*
- *“Começa a ter vários problemas começando dentro de casa com muitos deveres domésticos a cumprir.”*

Figura 10 – Resenha sobre o Livro “Dez Leis para ser Feliz” (Augusto Cury)

**GOVERNO DA PARAÍBA**

VEP – Varas de Execuções Penais  
SEAP – Secretaria de Estado da Administração Penitenciária  
SEE – Secretaria do Estado de Educação

Unidade Prisional: Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão  
Nome: \_\_\_\_\_  
Data: \_\_\_\_\_  
Livro: \_\_\_\_\_

**Redação sobre o livro lido**

(Escreva uma redação sobre o livro com no mínimo 10 linhas e no máximo 30 linhas)

1 A JUVENTUDE, NA ~~FAZ~~ DOS ADOLESCENTES, ~~UMA~~ MA-  
2 IORIA DAS VEZES, TEM QUE SER TRATADO COM ATENÇÃO  
3 POIS ACONTECE CIRCUNSTÂNCIAS, CAPAZES DE MARCAR  
4 A ADOLESCÊNCIA PARA SEMPRE.  
5 MUITAS VEZES LEVAM A DEPRESSÃO, REBELDIA COM A  
6 MALCRIASÃO, O EQUÍVOCO, A INOCÊNCIA, A AMITIDA  
7 O QUE ENVOLVA SUA FAMÍLIA. AÍ COMEÇA VER O MUN-  
8 DO, E TUDO QUE ESTAR EM SUA VOLT, DE UM JEITO  
9 DIFERENTE, DE OUTRAS PESSOAS QUE LANCERAM  
10 A VIDA DO JEITO QUE ELA É.  
11 TÂNIA SABE, E TEM CERTEZA, QUE É CERTO E  
12 QUE É LERADO. MAIS NÃO QUER A SEITAR, QUER  
13 DADIR O JEITO, E A FORMA CERTA DE VIVER, A  
14 VIDA, SEM UM CONTO DE JADA. A PERSONAGEM  
15 TÂNIA, VIVE MOMENTOS EM QUE VÁRIOS ADOLESCEN-  
16 TES VIVE, NA SUA JUVENTUDE, SENDO MENINA  
17 INIMADA COM NAMORADO ESCONDIDO, QUE RÁPIDO  
18 SER TUDO DO MUNDO, CHEIA DE RAZÃO, SEM DE-  
19 A SEM CABEÇA.  
20 A MALDAD LANCER O SEU CORAÇÃO, DE TRISTEZA  
21 E ADI. TUDO ISSO PARA VIVER, UM GRANDE AMOR  
22 QUEM NUNCA VIVEU UM GRANDE AMOR, QUE ATÉ  
23 RE A PRIMEIRA PEDRA.  
24 TÂNIA SE PRESTISSA DE PESSOAS, QUE TEM O  
25 CORAÇÃO BOM, CHEIO DE AMOR. PARA TELA E  
26 DO MESMO TEMPO EM SI VIVER, AS MARAVILHAS  
27 E AS COISAS BOAS, DA VIDA.  
28 O OBSTÁCULO NÃO É IMENSO, A VIDA. MAIS  
29 SIM O CAMINHO, E A VERDADE QUE CADA  
30 UM ESCOLHE, PARA SI MESMO. III

Competências	0,0	0,5	1,0	1,5	2,0	Observações
1. Domínio da modalidade escrita formal				X		85 D
2. Compreensão do livro					X	
3. Ordenação lógica de fatos e argumentos					X	
4. Coesão entre períodos e parágrafos				X		
5. Texto claro				X		
Total:						Nota:

Fonte: acervo de resenhas da Penitenciária de Segurança Máxima Criminalista Geraldo Beltrão, João Pessoa/PB

Analisando a construção da resenha escrita pelo aluno, percebemos que há algumas palavras grafadas de forma equivocada, porém em sua maioria com correspondência sonora vejamos:

- *“imsatisfassão (insatisfação);*
- *Escomdido (Escondido);*
- Adolessencia (Adolescência)*

Percebemos que seu texto, apesar de possuir equívocos ortográficos, o aluno passou pela fase de desenvolvimento da linguagem classificada por Ferreira e Teberosky (2008) como alfabética, porém as mesmas autoras afirmam que o aluno está em contínua construção, aonde vai adquirindo e dominando as irregularidades da língua no decorrer da vida, nesse sentido em linhas gerais o aluno encontra-se no nível **ortográfico**.

Destacamos ainda algumas construções escritas que reforçam a classificação nesse nível, vejamos:

- *“Tudo o que estar em sua volta, de um jeito diferente de outras pessoas (...);”*
- *“A maldade enche o seu coração de tristeza e ódio, tudo isso para viver, um grande amor (...);”*
- *“O obstáculo não é entender a vida mais sim, o caminho e a verdade que cada um escolhe para si mesmo.”*

### **5.2.3 A leitura como meio facilitador para a ressocialização?**

Após analisarmos anteriormente a produção das resenhas escritas pelos alunos da EJA prisional, realizamos uma consulta as fichas disciplinares de todos os participantes. Nesse sentido utilizando como parâmetro o cometimento de faltas de natureza grave prevista na Lei 7.210/84 (Lei de Execução Penal), identificamos que nenhum dos alunos que participam da remição pela leitura cometeu falta disciplinares.

Ainda de acordo com a própria Lei de Execução Penal - LEP, para que haja a progressão de regime, ou seja, a passagem do regime de cumprimento de pena

mais rigoroso para o mais brando são necessários o cumprimento de uma série de requisitos por parte privado de liberdade, quais sejam:

- Fração mínima de 1/6 da pena cumprido (requisito objetivo);
- Não ter cometido nenhuma falta de natureza grave pelo período de 1 ano (requisito subjetivo).

Após as análises realizadas percebemos que todos os alunos da Educação de Jovens e Alunos que participaram do projeto de remição pela leitura no mês de maio de 2017, não cometeram nenhuma falta de natureza grave dentre aquelas previstas na LEP.

Dessa forma a remição pela leitura preconizada pela Recomendação nº 44/2013 do CNJ, tem sido um meio facilitador para ressocialização, contribuindo tanto para diminuição das penas impostas pela justiça quanto para obtenção de benefícios legais como a progressão de regime bem como para ressocialização.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, tivemos a intenção de analisar a efetivação da Recomendação nº 44 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, como uma alternativa a implementação de projetos que favoreçam a leitura e a escrita no âmbito da Educação de Jovens e Adultos nas prisões do Estado da Paraíba.

Temos por base que a educação em prisões, traduzida através da modalidade de EJA, é uma política pública garantida por lei, estando preconizada em diversos instrumentos jurídicos, especialmente na Lei 7.210/84 – Lei de Execução Penal.

Podemos constatar que as diversas normativas que abarcam o direito a educação nas prisões, incentivam não só o processo educativo de uma forma geral, mas situações que possam favorecer o processo de letramento e de incentivo as práticas de leitura, na medida em que pensam espaços de leitura como as bibliotecas prisionais.

Porém percebemos que o caminho entre a teoria e a prática ainda demanda muitos investimentos e ainda ligado intimamente à vontade de nossos governantes políticos, onde a educação nesses ambientes, ainda está a mercê de iniciativas das gestões locais, o que dificulta, mas não torna impossível que a semente da educação possa florescer e trazer mudança e novas perspectivas para população em privação de liberdade.

Ao longo da nossa pesquisa, demonstramos que apesar da população privada de liberdade ter como perfil a baixa escolaridade, sendo sua maioria formada por negros, pardos e pobres na forma da lei, as oficinas de leitura da EJA, tem proporcionado não só o favorecimento das práticas de leitura, mas uma atração dessa população para os espaços educativos e de leitura; contribuído com a diminuição das penas impostas pela justiça, a partir da efetivação da remição que mostrou a leitura como importante meio facilitador à ressocialização.

Assim, a Educação de Jovens e Adultos que acontece nas prisões, apesar dos grandes desafios, vem mostrando que os resultados são possíveis de serem alcançados, na medida em que a vontade dos gestores locais, das equipes educativas e o abarque de legislados que proporcionam através de seus instrumentos jurídicos a garantia de acesso à educação, o incentivo às práticas de

leitura e letramento fundamentais para que o ser humano, que hoje cumpre pena, possa voltar a sociedade de forma mais digna e verdadeiramente ressocializado.

E nesse contexto de mudanças, que a EJA prisional tem sido um meio e esperança de que a *leitura de mundo*, na perspectiva da palavra dita e escrita por cada pessoa privada de liberdade possa ecoar não só entre os muros da prisão, mas ganhando espaço dentro das universidades e numa sociedade que possa ter um olhar menos preconceituoso e mais humanizado. Afinal não há prisão perpétua em nosso país e temos no processo de educação, um dos instrumentos mais eficazes de inclusão social.

Ademais as práticas de leitura nesses espaços, como demonstramos ao longo da nossa pesquisa tem proporcionado efetiva remição e consequente possibilidade de um cumprimento de pena mais qualificado, produtivo e ressocializador.

Por fim, demonstramos nos capítulos do nosso trabalho que as hipóteses inicialmente apresentadas foram confirmadas na medida em que mais de 10% dos alunos da EJA participam do projeto de remição pela leitura, além disso, demonstramos a luz das teorias das autoras Ferreiro e Teberosky que os alunos estão imersos na cultura letrada e passaram pelo processo de aquisição da leitura e da escrita, estando todos classificados nos níveis de desenvolvimento da linguagem alfabética.

## REFERÊNCIAS

BASTOS, Ludimila Corrêa. **Incentivos à Leitura na Educação de Jovens e Adultos**. Artigo apresentado ao 16º COLE. Campinas, São Paulo, 2007.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvesc\\_ola/leis/lein9394.pdf](http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvesc_ola/leis/lein9394.pdf)>. Acesso em: 26 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 2, de 19 de Maio de 2010**. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category\\_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 26 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Vade Mecum Acadêmico de Direito. 23. ed. São Paulo: Rideel, 2016. pp. 245-390.

\_\_\_\_\_. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN - junho de 2014**. Portal brasileiro de dados abertos. MJ/DEPEN, 2014. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias1>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei de Execução Penal**. Lei 7210 de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7210compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm)>. Acesso em 26 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação, 2014**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em 30 mar. 2017

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2004**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2017.

CARVALHO, Maria Cecília M. de. **Metodologia Científica: Fundamentos e Técnicas, Construindo um Saber**. 19. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2008.

CNJ. **Resolução nº 44, de 26 de Novembro de 2013**. Dispõe sobre as atividades educacionais complementares para fins de remição de pena pelo estudo e estabelece critérios para admissão pela leitura. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2013. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/files/atos\\_administrativos/recomendao-n44-26-11-2013-presidencia.pdf](http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/recomendao-n44-26-11-2013-presidencia.pdf)> Acesso em 26 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. **Entenda os diferentes regimes de cumprimento de pena**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/62364-entenda-os-diferentes-regimes-de-cumprimento-de-pena>> Acesso em 26 mar. 2017

DOTTI, René Ariel. **Curso de direito penal**: parte geral. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. (Trad. Stephania Matousek) Petrópolis: Vozes, 2013.

FERRARI, Shirley Costa. AMARAL, Suely. **O aluno de EJA**: jovem ou adolescente?. 2005. Disponível em: < [http://www.cereja.org.br/pdf/revista\\_v/Revista\\_ShirleyCostaFerra.pdf](http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_ShirleyCostaFerra.pdf)>. Acesso em 07 maio. 2017.

FERREIRO, Emília e TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: ArtMed, 2008

FERRARI, Eduardo Reale. **Medidas de Segurança e Direito Penal no Estado Democrático de Direito**. 1ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**, 43ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 37.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. 23. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

\_\_\_\_\_. **Política e Educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FUCK, Irene Terezinha. **Alfabetização de Adultos**: relato de uma experiência construtivista. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

GADOTTI, Moacir. **A Educação contra a Educação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. **Por uma política nacional de educação popular de Jovens e Adultos**. 1. ed. São Paulo: Moderna : Fundação Santillana, 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2017.

GIRON, Rosane; MACEDO, Vera Lúcia. **Alfabetização**: lecto-escrita x bagagem cultural. Cadernos FAPA, nº especial. 2008. Disponível em: <[http://www.cereja.org.br/site/\\_shared%5Cfiles%5Ccer\\_artigos%5Canx%5C20100618124502\\_Alfabetizacao-Lecto-escrita\\_RosaneGiron\\_VeraLMacedo\\_CadernosFAPA.pdf](http://www.cereja.org.br/site/_shared%5Cfiles%5Ccer_artigos%5Canx%5C20100618124502_Alfabetizacao-Lecto-escrita_RosaneGiron_VeraLMacedo_CadernosFAPA.pdf)>. Acesso em: 05 mar. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GRAMKOW, Maria Cândida. **Implantação de Atividades de Leitura na EJA**. 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/346-4.pdf?PHPSESSID=2009051509001987>. Acesso em: 05 mar. 2017.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **Indicador Nacional de Analfabetismo Funcional – INAF**. Disponível em: [http://www.ipm.org.br/pt-br/programas/inaf/relatoriosinafbrasil/Paginas/inaf2011\\_2012.aspx](http://www.ipm.org.br/pt-br/programas/inaf/relatoriosinafbrasil/Paginas/inaf2011_2012.aspx). Acesso em: 29 mar. 2017.

IBGE. PNAD. **Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio/IBGE**. 2014.

LARA, Eliana Ingrid. KIEFER, Cristian. **Conceito de Ressocialização**. 2016. Disponível em: <http://npa.newtonpaiva.br/letrasjuridicas/?p=1174>. Acesso em: 26 mar. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4ª ed.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MANOSSO, Radamés. **Elementos de Retórica**. 2010. Disponível em: <http://www.radames.manosso.nom.br/retorica/legibilidade.htm>. Acesso em: 27 mar. 2017.

MARANHÃO, Ricardo; ANTUNES, Maria Fernanda. **Trabalho e Civilização**: a humanidade em construção. 1. ed. São Paulo: Moderna, 1999.

MARIANI, Daniel; ALMEIDA, Rodolfo. **O acesso a educação e serviços nos presídios do Brasil**. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2017/01/10/O-acesso-a-educacao-e-servicos-nos-presidios-do-brasil>. Acesso em: 20 mar. 2017.

MARTINS, Maria Helena. **O que é Leitura**. Série Primeiros Passos, Editora Brasiliense. 3 ed. 1997.

MOTA, Myrian Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História das Cavernas ao Terceiro Milênio**: das origens da humanidade à reforma religiosa na Europa. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2005.

MINAYO MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução Penal**. 11ª ed. São Paulo: Editora Jurídico Atlas, 2004.

NÉRICI, Imídeo G. **O homem e a educação**. São Paulo: Atlas, 1976.

PEREIRA, Jeferson Botelho. **Breves anotações sobre remição penal pela leitura**. 2017. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/56363/breves-anotacoes-sobre-remicao-penal-pela-leitura> > . Acesso em 30 mar. 2017.

PILETTI, Nelson. **História & Vida Integrada**. São Paulo: Ática, 2005.

RODRIGUES, Joelza Ester. **História em documento: imagem e texto**. São Paulo: FTD, 2006.

SCHMIDT, Mario Furley. **Nova História Crítica**. São Paulo: Nova Geração, 1999.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa. OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **Políticas Públicas e a Construção da EJA na Cidade de Ponta Grossa**. Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2010. Disponível em: < [http://www.cereja.org.br/site/\\_shared%5CFiles%5C\\_cer\\_old%5Canx%5Cpolticas-publicas-eja-ponta-grossa\\_paola\\_rita-de-cassia.pdf](http://www.cereja.org.br/site/_shared%5CFiles%5C_cer_old%5Canx%5Cpolticas-publicas-eja-ponta-grossa_paola_rita-de-cassia.pdf) > . Acesso em: 07 maio 2017.

SOARES, Leônicio. **Aprendendo com a Diferença: estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

\_\_\_\_\_. SOARES, Magda. O que é letramento e alfabetização. In \_\_\_\_\_. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOLÉ, Isabel. **Estratégias de Leitura**. 6. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SANCHES CUNHA, Rogério. **Manual de Direito Penal : parte geral**. 2 ed. Juspodivm, 2014.

TEBEROSKY, Ana. **Debater e opinar estimulam a leitura e a escrita**: Disponível em: < <http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/pratica-pedagogica/debater-opinar-estimulam-leitura-escrita-423497.shtml> acesso em acesso em: 30 jun. 2017

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização**. Coleção Questões da nossa Época; v. 475. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

VALLE, Ana Maria do. **Educação Popular na Escola Pública**. São Paulo: Cortez, 1992.

VÓVIO, Cláudia Lemos. Práticas de leitura na EJA: do que estamos falando e o que estamos aprendendo. **Revista de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, n. 0, p. 1-108, ago. 2007.

ZACARIAS, André Eduardo de Carvalho. **Execução Penal Comentada**. 2 ed. São Paulo: Tend Ler, 2006.

UNESCO. **Conferencia de Hamburgo**. Disponível em: <  
<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129773porb.pdf>>. Acesso em 10  
maio de 2017.